

3

“Grupo de Itatiaia” e IBESP: o início de uma singular reflexão sobre a problemática brasileira dos anos 50

Identificar e compreender a dimensão educativa e pedagógica presente no ISEB pressupõe necessariamente, nos termos metodológicos assumidos, uma determinada construção histórica desta questão e de seu contexto. É no âmbito dessa construção histórica que surge o necessário entendimento do “Grupo de Itatiaia” e do IBESP - Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política –, instituições concebidas a partir de 1952 e 1953, as quais darão origem, em junho de 1955, ao ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros, vinculado ao MEC – Ministério da Educação e Cultura.

3.1

Intelectuais que pensam soluções para o país: o “Grupo de Itatiaia”

O entendimento do ISEB como uma institucionalização do IBESP no âmbito governamental, e deste como uma estratégia institucionalizada do “Grupo de Itatiaia”, me colocou diante da necessidade de investir num estudo envolvendo o encaminhamento dessas instituições tão intimamente relacionadas. Nesse sentido, identifiquei o IBESP tanto como o marco institucional de um grupo de intelectuais responsável por uma experiência nova de concepção e desenvolvimento de um conjunto de idéias voltado ao entendimento das problemáticas brasileiras e mundiais (“Grupo de Itatiaia”), quanto como marco histórico do futuro ISEB. Por esses motivos, torna-se de fundamental importância, estudar e compreender o “Grupo de Itatiaia” e o IBESP - suas origens, seu papel e fundamentalmente suas produções intelectuais, em sua grande parte, publicadas nos *Cadernos do Nosso Tempo - CNT*, periódico concebido pelo grupo de intelectuais que compunha aquele instituto.

O “Grupo de Itatiaia”, origem do IBESP, era composto por intelectuais, e foi assim denominado por se reunirem, a partir de agosto de 1952, na sede do Par-

que Nacional de Itatiaia¹⁷, sempre no último final de semana de cada mês. Segundo Jaguaribe, a motivação da criação do grupo se deu no seguinte contexto.

...as reuniões de Itatiaia foram motivadas pela consciência do processo de transformação em curso na sociedade brasileira e a necessidade de passar da pura especulação histórica a uma apreciação concreta dos problemas brasileiros. O fato de sentir que a administração Vargas estava “aberta” e que seria possível agir sobre ela, vai motivar a coordenação dos esforços a fim de imprimir certa direção ao Governo Vargas. (Jaguaribe apud Abreu, 1975; p. 62; grifos meus)

Ao pontuar sobre a maneira pela qual o grupo encaminhava suas discussões, Jaguaribe afirma que “os estudos e debates do grupo se orientavam no sentido de tentar uma integração entre uma compreensão geral da problemática sócio-cultural de nosso tempo e uma compreensão econômica, social, cultural e política da realidade brasileira” (Jaguaribe apud Debert, 1986; p. 121). Tratava-se do desenvolvimento de uma reflexão nova no cenário do pensamento intelectual brasileiro: centrava-se num novo objeto de estudo – os problemas da realidade brasileira; e se apoiava numa nova metodologia de análise – o entendimento específico da realidade brasileira, integrado e articulado ao entendimento global do nosso tempo.

Imbuídos desse desafio inicial, a composição do grupo conjugava intelectuais do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Do Rio iam Cândido Mendes, Guerreiro Ramos, Oscar Lorenzo Fernandez, Israel Klabin, Inácio Rangel, José Ribeiro Lira, Cleanto de Paiva Leite, Cid Carvalho, Fábio Breves, Ottolmy Strauch, Heitor Lima Rocha, além de eu próprio (Hélio Jaguaribe). De São Paulo iam Roland Corbisier, Vicente Ferreira da Silva, Ângelo Arruda, Almeida Salles, Paulo Edmur de Souza Queiroz, José Luiz de Almeida Nogueira Porto. (Jaguaribe, 1979; p. 95)

Vale assinalar que a lista acima, apontada por Jaguaribe na tese de Debert (1986), difere da lista das “Memórias” de Roland Corbisier, apontada na tese de Abreu (1975); segundo Corbisier, faziam também parte do grupo dos cariocas, Rômulo de Almeida, Moacyr Félix, Jorge Serpa Filho e Ewaldo Correia Lima. Assim como também faziam parte do grupo dos paulistas, Miguel Reale e Luigi Bagolini.

¹⁷ Os encontros no Parque Nacional de Itatiaia, órgão do Ministério da Agricultura, foram viabilizados graças à intervenção do Rômulo de Almeida, que, naquele momento, desempenhava a função de chefe de gabinete do Ministro da Agricultura, João Clófas. (Jaguaribe apud Abreu, 1975; p. 54).

A despeito de a formação acadêmica desse grupo se concentrar, quase totalmente, no Curso de Direito, seus interesses intelectuais eram múltiplos: filosofia, sociologia, história, economia etc. E, dentre os componentes do Rio de Janeiro, vários eram economistas profissionais – Rômulo de Almeida, Ignácio Rangel, Ewaldo Correia Lima, Heitor Lima Rocha e Ottolmy Strauch.

A composição intelectual desse grupo não escondia uma significativa heterogeneidade: “os paulistas de formação e vocação filosófica tinham posições de direita, muitos oriundos do integralismo”¹⁸. Em sua grande maioria, haviam pertencido à “Ação Integralista Brasileira”, movimento implantado nos anos 30 no Brasil. Dentre os paulistas, Corbisier foi o único que permaneceu após a criação do IBESP; uma exceção que possivelmente se deu em função da proximidade de suas idéias com as do grupo carioca, o qual defendia que a formação de uma elite nacional e a preparação de responsáveis para a direcionar o país, era urgente; seu entendimento do conceito de “elite” se traduzia no conjunto dos mais aptos, mais capazes, os superiores, os melhores, qualquer que fosse a classe a que eles pertencessem, qualquer que fosse a sua origem ou proveniência.

Os cariocas eram estudiosos das ciências sociais e tinham posições tendencialmente de esquerda. Segundo Jaguaribe, “a experiência do Grupo de Itatiaia, intelectualmente muito estimulante, estava marcada, entretanto, pela dicotomia de enfoque e de tendências ideológicas precedentemente aludidas” (Jaguaribe apud Debert, 1986; p. 121).

Em termos das funções desempenhadas, não pode passar despercebido o fato de que alguns componentes do “Grupo de Itatiaia” participavam diretamente da administração estatal do governo Vargas. Rômulo de Almeida, ainda no primeiro ano do governo de Vargas, assume a função de chefe da Assessoria Econômica do governo, órgão que visava o estudo e a elaboração de projetos econômicos, e, no qual também trabalhavam Ignácio Rangel e Ottolmy Strauch¹⁹; en-

¹⁸ O “Integralismo” foi uma ideologia muito próxima do fascismo que se implantou no Brasil em torno dos anos de 1930; a ideologia integralista defendia uma concepção corporativista da sociedade e um forte nacionalismo (Abreu, 1975).

¹⁹ Segundo Abreu, Vargas criou ao longo de seu primeiro ano de governo, uma Assessoria Econômica diretamente vinculada à Presidência da República, dirigida por Rômulo de Almeida – economista que, em 1944/1945, integrava o grupo dirigido por Roberto Simonsen no Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial. Também faziam parte dessa Assessoria Econômica, Jesus Soares Pereira, João Neiva de Figueiredo, Ignácio Rangel, Pompeu Acciolly Borges, Otholmy Strauch, Cleanto de Paiva Leite e Mário Pinto.

quanto que Hélio Jaguaribe era assessor do então Ministro da Justiça, Negrão de Lima (Abreu, 1975; p. 55).

É, então, como podemos constatar, a partir de atividades articuladas em torno de uma estrutura semelhante a um centro de estudos, mais conhecido pela denominação de “Grupo de Itatiaia”, que começam a surgir e a ser debatidas e estudadas, questões que irão marcar o futuro de um novo tipo de reflexão no país. Já nesses momentos iniciais, é possível perceber alguns princípios que irão caracterizar um determinado ideário educativo e pedagógico a ser assumido posteriormente pelo ISEB.

Dentre os princípios que já aparecem nesse contexto, podemos destacar o surgimento de uma nova maneira de pensar e entender a problemática brasileira: pensar e entender para agir. Interessa ao “Grupo de Itatiaia” traçar o novo papel do intelectual nesse contexto desafiador e problemático, e atender à necessidade de um projeto de desenvolvimento para o país. Parte desses princípios assumidos aparece na fala de Corbisier sobre o grupo:

Para os intelectuais do Rio de Janeiro, as reuniões em Itatiaia significavam um esclarecimento e um reforço de certos pontos de vista sobre a realidade brasileira a fim de melhor agir sobre ela. Os intelectuais do Rio de Janeiro consideravam que seu papel social implicava na formulação de alternativas políticas para a sociedade brasileira, e que a elaboração de um projeto de desenvolvimento tinha prioridade sobre os aspectos ou estudos particulares. Eles definiam seu papel social como agente de mudança: são eles que deviam diagnosticar os problemas, buscar as soluções, formar os quadros dirigentes do país, criar novos modelos e valores sociais. (Abreu, 1975; p. 61; grifos meus)

Em sua fala, Corbisier explica um pouco as finalidades das reuniões, centradas em discussões sobre a realidade brasileira, tendo em vista a formulação de uma ação que pudesse apontar soluções efetivas. Os princípios que norteavam as reuniões reforçavam a importância e a urgência de se utilizar as ciências sociais, não mais para um simples domínio de seus conteúdos, mas para aplicá-las numa reflexão sobre os problemas concretos da realidade brasileira, objetivando efetivas intervenções de mudança.

Nessa conjuntura, o papel tradicional do intelectual, que tem o domínio do saber, se amplia e se transforma; além de dominar o conteúdo teórico, esse novo intelectual deverá desenvolver o esforço de compreensão da realidade nacional, sugerir estratégias concretas de intervenção, exercer um papel educativo e peda-

gógico; bem como conceber novos modelos de pensamento. No lugar de um intelectual tradicional, surge um agente de mudança, responsável pela direção a ser adotada para a necessária transformação da sociedade brasileira.

Apesar de sua curta existência, o “Grupo de Itatiaia” teve desdobramentos importantes, alguns originados por divergências internas que foram se acentuando. O interesse do grupo de São Paulo pelo estudo da filosofia, sociologia e história não significava para ele uma possibilidade de compreensão e de intervenção no mundo real; segundo Abreu, os problemas brasileiros só faziam parte de suas preocupações intelectuais ocasionalmente. Mas, os representantes do Rio de Janeiro, determinados em assegurar uma maior difusão e divulgação das idéias em desenvolvimento, tendo em vista uma preocupação efetiva com uma intervenção política na realidade. Perceberam que para tal se fazia necessário a formulação de uma organização mais estável – foi então criado o IBESP, Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política, uma instituição privada, com atividades ampliadas as quais conjugavam cursos, conferências e a publicação de uma revista, o que permitiria atingir, atender e sensibilizar um público maior em relação ao entendimento dos problemas brasileiros (Abreu, 1975).

Mais que simples divergências de enfoque existentes entre o grupo dos paulistas e o grupo dos cariocas, veremos que o que estava em questão eram visões muito diferenciadas do uso e da função do conhecimento das ciências sociais e do papel do intelectual na sociedade brasileira. Ao utilizar as ciências sociais enquanto instrumentos fundamentais para o entendimento da realidade brasileira, os intelectuais cariocas, mesmo se distanciando do grupo paulista, começaram a influenciar diretamente a institucionalização dos campos de estudo das ciências sociais e indiretamente o papel e a função das universidades (tema que começa a ser o foco de significativos debates naquele contexto). Nesse sentido, a especificidade existente nessa nova visão do papel do intelectual, que, desde o início, tanto marcou as atividades do grupo, parece ser um dos aspectos-chave para que possamos entender essa preocupação com a divulgação dos estudos e com o desenvolvimento de um pensamento crítico sobre os problemas do país.

Como já assinalamos anteriormente, surge um novo conceito de intelectual que, além de estudar, compreender e apresentar soluções práticas para os problemas do país, também deve ter uma preocupação educativa e pedagógica em relação a esses estudos. O fato é que essa reflexão de novo tipo (sobre as problemáti-

cas da realidade brasileira) acabou potencializando o fomento de estratégias educativas criativas. Estamos falando de estratégias de ação de cunho educativo resultantes, fundamentalmente, das preocupações existentes no grupo em relação: ao uso das ciências sociais enquanto instrumental de entendimento da realidade, à divulgação do conhecimento construído e ao desenvolvimento de um pensamento mais crítico e mais consciente da realidade brasileira etc.

Ao analisar a existência do que estou chamando de “criativas estratégias de ação educativa ou pedagógica”, percebemos que elas apresentavam um caráter experimental. Ou seja, para consolidar essa nova reflexão sobre o Brasil, diferentes estratégias de cunho educativo foram adotadas e experimentadas, ao longo das diferentes formas de institucionalização assumidas pelo grupo (“Grupo de Itatiaia”, IBESP, ISEB), a saber: a edição de um periódico (a revista *CNT*), a organização de conferências, até se chegar à implementação de cursos, estratégia diretamente relacionada com a futura definição do ISEB (no seu Decreto Lei de Criação - DL nº 37.608, o ISEB é definido como sendo um curso permanente de altos estudos políticos e sociais, de nível pós-universitário) (LEX, 1955; p. 232-3; grifos meus).

3.2

O IBESP – Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política

Ainda em 1953, é formalmente criado o IBESP, tendo Hélio Jaguaribe à frente, como Secretário Geral. Além de se constituir pelo grupo dos intelectuais cariocas e por Roland Corbisier (único elemento do grupo dos intelectuais de São Paulo), o IBESP já começa agregando nomes de futuros isebianos de destaque – Álvaro Vieira Pinto, Cândido Mendes, Guerreiro Ramos e Nelson Werneck Sodré. Ao longo de uma existência de dois anos – de 1953 a junho de 1955 – o IBESP organiza cursos e conferências, e concebe uma revista, denominada *Cadernos do Nosso Tempo – CNT*.

Faziam parte do IBESP: Hélio Jaguaribe (secretário-geral), Ewaldo Correia Lima, Guerreiro Ramos, Roland Corbisier, Rômulo de Almeida, Carlos Luiz de Andrade, Ottolmy Strauch, Cândido Mendes de Almeida, Fábio Breves, Ignácio Rangel, Israel Klabin, J. P. de Almeida Magalhães, José Ribeiro de Lira, Heitor

Lima Rocha, Moacir Félix de Oliveira, Oscar Lourenço Fernandes e, a partir de 1955, Juvenal Osório Gomes e Nelson Werneck Sodré (Abreu, 1975). Sodré nos informa como se deu o convite para sua inserção no IBESP:

Foi no início de 1954, ano crítico, como se comprovou adiante, que conheci o professor Alberto Guerreiro Ramos, que trabalhava na Comissão Nacional do Bem-Estar Social e lecionava na Escola Brasileira de Administração Pública, da Fundação Getúlio Vargas. Contou-me ele, então, que um grupo de intelectuais, que englobava alguns assessores do Governo Vargas, decidira conjugar esforços para organizar um instituto que se especializaria no estudo, na pesquisa e no planejamento de tudo o que se relacionasse com a realidade brasileira. Convidou-me a integrar esse grupo e participar de suas atividades. Encomendou-me, desde logo, dois trabalhos. O grupo mantinha, então o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política, IBESP, indicando como sede a Rua Ouvidor 50, 11º andar, que vim a saber depois ser o escritório de advocacia de Hélio Jaguaribe e Reinaldo Reis. O IBESP dava cursos, utilizando o auditório do Ministério da Educação. Guerreiro Ramos leu ali as minhas conferências iniciais, elaboradas na fronteira; uma delas estudava o desenvolvimento histórico da economia brasileira; a outra, o da sociedade brasileira. (Sodré, 1978; p. 8, 9; grifos meus)

O texto de Sodré, além de registrar como se deu o convite para sua inserção no grupo, nos confirma o significado e o papel do IBESP, numa colocação apontada por um de seus componentes, Guerreiro Ramos.

Por se constituir numa instituição privada, com seus membros assumindo a maior parte de suas despesas, a facilidade de ajuda financeira governamental conseguida pelo IBESP poderia estar relacionada com a proximidade que alguns elementos do grupo tinham, na época, com a máquina de estado²⁰. Além disso, o IBESP mantinha um convênio financeiro-cultural com o Ministério da Educação²¹, através de um de seus órgãos – a CAPES²², nessa época, Campanha de A-

²⁰ Rômulo de Almeida, Ignácio Rangel, Cleanto de Paiva Leite e Ottolmy Strauch integravam um órgão de Assessoria Econômica do governo Vargas; Guerreiro Ramos trabalhava numa Comissão Nacional do Bem-Estar Social.

²¹ Naquele momento era Ministro da Educação, o senhor Antonio Balbino.

²² A CAPES, inicialmente Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior passa, após 1964, à denominação de Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior. Sua concepção inicial é de 1951, quando Anísio Teixeira é chamado pelo então Ministro da Educação, Ernesto Simões Filho, para assumir o cargo de secretário-geral de uma Comissão que estava sendo criada com o objetivo de promover a Campanha de Aperfeiçoamento do pessoal de nível superior no Brasil. Tratava-se de uma Campanha que visava a formação dos quadros necessários ao programa de desenvolvimento que se pretendia implementar no país. Prevista para ser instalada em seis meses, a CAPES funciona durante dez anos (o decreto-lei de sua criação é de 07 de junho de 1961), submetida àquela Comissão, tendo Anísio Teixeira (que, a partir de 1952, acumula essas funções com a Direção do INEP – Instituto Nacional de Estudos pedagógicos) à frente de suas atividades.

perfeccionamento do Pessoal de Nível Superior, órgão deste ministério, conduzido de 1951 até 1964, por Anísio Teixeira. Através desse convênio é que, em parte, se viabilizou, tanto um financiamento para a publicação da revista *Cadernos do Nosso Tempo*, quanto à inauguração de 12 seminários que foram realizados no auditório do Ministério da Educação, em torno dos problemas da nossa época.

Vale registrar que esses seminários acabaram contando com a participação de professores externos ao quadro do IBESP, na figura de Florestan Fernandes, Anísio Teixeira, entre outros. Foram 12 seminários, agrupados nos quatro grandes temas que se seguem: Seminários de introdução ao estudo de nossa época; Seminários de introdução ao estudo do Brasil; e Seminários sobre o problema do desenvolvimento econômico-social (*CNT* nº 2, 1954).

Não se tratava mais de estudar, abstratamente, a economia, a sociologia, a política, a história e a filosofia, as ciências do espírito, em suma, mas de estudá-las **tendo em vista analisar e compreender a situação mundial, bem como analisar e compreender a situação brasileira. Na agenda dos trabalhos, teses, dissertações, exposições etc. a “problemática” nacional tinha prioridade. Procurava-se compreender o mundo na perspectiva do Brasil.** (Corbisier, 1978; p. 84; grifos do autor)

Mas, para as intenções propostas no presente estudo (compreender o ideário educativo e pedagógico assumido posteriormente pelo ISEB e identificar seu legado para uma nova concepção de universidade), a questão a ser destacada, em se tratando do IBESP, se remete àquelas diferenças existentes no “Grupo de Itatiaia”, entre o grupo de paulistas e cariocas, quanto ao papel do intelectual na sociedade, divergências que não só aceleraram a criação do instituto, como se intensificaram após sua criação.

Após o processo de institucionalização no IBESP, consolidou-se o princípio da necessidade de o intelectual desempenhar um novo papel social. Uma postura que passa a se apoiar na valorização do pensamento e da reflexão voltados ao entendimento concreto (do mundo real), voltados efetivamente para a ação, para uma intervenção nessa realidade. Trata-se de um posicionamento que me ajuda inclusive a compreender o papel das estratégias assumidas pelo IBESP em relação à criação de uma revista – primeiro instrumento de divulgação concebido pelo grupo, que se constituiu em uma estratégia de sensibilização do povo brasileiro para os problemas do país.

Podemos afirmar que a criação de uma revista se dá no âmbito de uma estratégia de divulgação mais ampliada do que conferências e cursos (em termos do número de pessoas atingidas). Os *CNT*, enquanto um periódico impresso, se apresentava, em se tratando daquele contexto histórico, como uma solução significativamente dinâmica. Além de ser acessível a um maior número de pessoas, a revista possibilitava o uso de linguagens de naturezas diferentes – abordagem de diversos temas diferentes, textos longos, textos curtos, quadros, editoriais com posicionamentos, etc. Ou seja, para acontecer a tão desejada ação sobre a realidade, fazia-se necessário que os estudos e as idéias desenvolvidas começassem a ser, “pedagogicamente”, divulgadas e debatidas; um periódico com cunho político-pedagógico como os *CNT* começa então a desempenhar esse papel. Dessa maneira, além do desenvolvimento de uma reflexão de novo tipo e da desejada aplicabilidade prática (no mundo real) de suas propostas, estava sendo “experimentado” um tipo de estratégia pedagógica e de formação intelectual, envolvendo a divulgação de determinados temas trabalhados à luz das ciências sociais. ~~Nessa época de transição da “Notícias do IBESP”, do primeiro número do *CNT*, sob o título BREVE INTRODUÇÃO AO IBESP, é apontada a mudança de estratégias assumida tendo em vista a crise nacional.~~

O agravamento da crise brasileira e a aguda consciência que se impunha à necessidade de se tentar a análise de seus efeitos e causas assim como a busca de soluções possíveis levou o IBESP, (...) a suspender o programa de estudos anteriormente traçado para se dedicar predominantemente à interpretação da crise nacional. (*CNT*, 1953; p. 118, grifo meu)

Segundo Schwartzman, em se tratando do encaminhamento das reflexões, apesar de não se tratar de um grupo homogêneo, alguns temas tornaram-se marcos de referência e unificadores dos estudos ibespianos.

A preocupação com o subdesenvolvimento brasileiro, a busca de uma posição internacional de não alinhamento e de “terceira força”, um nacionalismo em relação aos recursos naturais do país, uma racionalização maior da gestão pública, maior participação de setores populares na vida política, tais eram em poucas palavras, os valores que pareciam unificar a todos (...). O que dá ao IBESP sua característica inovadora na história do pensamento político brasileiro é que, pela primeira vez, um grupo de intelectuais se propõe a assumir uma liderança política nacional por seus próprios meios. Nesse sentido, o IBESP é radicalmente novo. Ele se diferencia dos pensadores políticos do passado que acreditavam que seriam suas idéias, se corretamente aplicadas – fossem elas

liberais, católicas ou conservadoras – que iriam transformar a sociedade. E, se diferencia, também, dos pensadores de influência marxista, que se alinhavam, física e intelectualmente, com um setor da sociedade que, acreditavam, viria um dia a liberá-la, ou seja, a classe operária. Para os primeiros, as idéias políticas fariam tudo; para os segundos, elas podiam pouco. Para o IBESP, eram os intelectuais, mais do que suas idéias, ou partidos, que poderiam um dia, tomar o destino do país em suas mãos. (Schwartzman apud Debert, 1986; p. 122; grifos meus).

Os temas de referência, alguns posicionamentos iniciais do IBESP se destacaram na trajetória do grupo até a sua concretização no ISEB.

O desenvolvimento de uma ideologia nacionalista que se pretendia de esquerda, em contraposição aos nacionalismos conservadores do pré-guerra; a difusão das idéias de uma “terceira posição”, tanto em relação aos dois blocos liderados pelos Estados Unidos e União Soviética quanto em relação aos pensamentos marxista e liberal clássico; uma visão interessada a respeito do que ocorria nos novos países da África e Ásia; a introdução do pensamento existencialista entre a intelectualidade brasileira; e, acima de tudo, uma visão muito particular e ambiciosa do papel da ideologia e dos intelectuais na condução do futuro político do país. (Schwartzman apud Debert, 1986; p. 123; grifos meus)

Vale ponderar que, inseridos nesse ambicioso papel da ideologia e dos intelectuais, encontram-se embutidas as preocupações com as estratégias educativas e pedagógicas e suas possibilidades operacionais expressas tanto na revista quanto nos cursos. Partindo dessa ponderação, faz-se necessário uma minuciosa análise dos *CNT* através de seu primeiro número; seu papel, seus conteúdos, suas mensagens, os princípios trabalhados, etc.

Na seção intitulada “Apresentação”, nesse primeiro número dos *CNT*, essa publicação é definida como sendo uma revista concebida e editada pelo IBESP, tendo por finalidades “interpretar e debater os problemas de nosso tempo e do Brasil” (*CNT*, 1953; p. 1). Nesse texto são feitos comentários sobre os problemáticos desenvolvimentos civilizatórios em geral, enfatizando aspectos que apontam para o fundamental papel de uma ideologia.

A perda de validade ou de vigência das crenças que pautavam a conduta das épocas precedentes, a confusão causada pela inexistência de critérios de seleção e julgamento, a instabilidade da vida, sujeita a crises econômicas e sociais que se superpõem, a alienação causada pela massificação e pela proletarização, e a precariedade das coisas, sob o risco iminente da aniquilação atômica, tudo isto, em nossa época, converte em problema o fato mesmo de viver. (*CNT*, nº 1, 1953; p. 1; grifos meus).

Trata-se de um conjunto de problemas, segundo a opinião assumida pela revista, a ser superado através de um esforço de compreensão, conjugado à vontade de um agir livre empenhado em processos de transformação do mundo. Para tanto, faz-se necessário que a maioria dos homens tenha liberdade para ter liberdade, ao invés de uma minoria privilegiada continuar investindo sua liberdade na manutenção de seus privilégios. Da tentativa de superação dessas dificuldades, surgem então opções primárias e brutais: capitalismo ou comunismo; Estados-Unidos ou Rússia; espiritualismo ou materialismo.

Em se tratando de uma realidade como a brasileira, na qual ainda persiste uma alienação colonialista, a revista se coloca como uma bandeira do ideário existencialista.

Cadernos do Nosso Tempo representam um esforço para compreender o nosso tempo na perspectiva do Brasil e para compreender o Brasil na perspectiva do nosso tempo. Postulam a exigência de uma compreensão concreta da vida. (...) Esse nosso propósito de compreensão concreta da realidade representa, ademais, um esforço para fundamentar uma ação autêntica, apoiada na justa interpretação das possibilidades e das necessidades do homem brasileiro, nas nossas condições de lugar e tempo. (*CNT*, nº 1, 1953; p. 2).

A filosofia existencialista se faz presente em diversos aportes: na necessidade de uma compreensão concreta da vida, ou seja, da vida real; na compreensão concreta da realidade tendo em vista uma ação autêntica. Uma ação autêntica que resulta da justa interpretação da realidade do homem brasileiro, ou seja, de uma justa interpretação das circunstâncias brasileiras de vida.

Foi então no encaminhamento dessas análises, precisamente através dos *CNT*, em seu primeiro número, que dois artigos se destacaram como sendo de efetiva importância para minha compreensão dos princípios que então começavam a ser construídos. No artigo intitulado “Breve Introdução ao I.B.E.S.P.” (*CNT*, 1953; p. 118), faz-se um registro das origens e dos princípios norteadores do instituto:

O IBESP resultou da iniciativa de um grupo de estudiosos das ciências sociais e dos problemas brasileiros, que se dedicou, a partir de agosto de 1952, à tarefa de estudar e debater, em comum, temas e questões relativos àquelas matérias. Para este fim foi organizado, informalmente, um Centro de Estudos que passou a se reunir, no último final de semana de cada mês, em Itatiaia, valendo-se do auditório e demais acomodo-

dações da sede do Parque Nacional de Itatiaia, gentilmente posto à disposição do centro pelo Ministério da Agricultura. Por comum acordo, fixou-se, para o ano de 1952, um programa de trabalho consistente no esclarecimento de problemas relacionados com a interpretação econômica, sociológica, política e cultural de nossa época, com a análise, em particular, das idéias e dos fenômenos políticos contemporâneos e com o estudo histórico e sistemático do Brasil, encarado, igualmente, do ponto de vista econômico, sociológico, político e cultural. (...) No presente ano, deliberou o grupo dar uma organização mais estável e ampla ao Centro de Estudos, daí se originando o IBESP, no qual estão convidados a participar todos os interessados nos problemas acima referidos que os encarem, de modo geral, segundo as perspectivas refletidas nesta revista. (*CNT*, nº 1, 1953; p. 118; grifos meus).

Trata-se, portanto, de um registro histórico por apontar as matrizes originais de um ideário, já debatido ao longo de mais de um ano de reflexões, que muito influenciará o conjunto da sociedade brasileira nos próximos anos.

3.3

“A Crise Brasileira”: surgimento de um projeto ideológico

É no primeiro número do *CNT* que aparece publicado o texto intitulado “A Crise Brasileira”, um trabalho de autoria individual desenvolvido pelo Prof. Hélio Jaguaribe, que identifiquei como sendo um texto-fundador, um texto que se constituiu no primeiro documento elaborado à luz dos objetivos estabelecidos pelo IBESP, um texto no qual se encontram os princípios que darão origem ao projeto ideológico posteriormente concebido pelo ISEB.

A “crise brasileira” por ele [Hélio Jaguaribe] então denunciada era interpretada como “crise da cultura”, resultante do fato de que o dogmatismo que a modelara não respondia à vida, à circunstância que caracterizava o momento vivido; ela não mais oferecia idéias e instrumentos adequados à interpretação da realidade transformada. Seu ponto de partida era a discussão da “crise da cultura ocidental”, como era moda na Europa desde Leo Frobenius e especialmente depois do aparecimento do famoso livro de Spengler. (...) Como parte da civilização ocidental, também a sociedade brasileira estaria em crise: a abordagem das questões de “ordem universal” eram secundadas por indagações acerca das peculiaridades da “circunstância brasileira”, esclarecia Jaguaribe, perguntando: “que devemos fazer com relação à técnica? Como evitar a massificação? (...) Precisamos reconstruir nossas crenças (...) intervir em nosso futuro” (Paiva, 2000; p. 52).

A citação de Paiva nos introduz didaticamente no texto do Professor Hélio Jaguaribe; o que estava em questão era a crise da cultura ocidental, um tema que já vinha sendo debatido na Europa principalmente devido às grandes transformações advindas com o pós-guerra. A seu modo, a realidade brasileira também se transformava e vivenciava uma “crise brasileira” específica. No texto, o objetivo de Hélio Jaguaribe era identificar e compreender os problemas brasileiros, tendo em vista a formulação de soluções voltadas ao contexto geral do país, mais especificamente, soluções voltadas à “crise brasileira”, denominação adotada para o conjunto dos fenômenos situados no ano de 1953, no Brasil. O referido texto foi publicado e divulgado no primeiro número do periódico *Cadernos do Nosso Tempo – CNT*.

Mas, o motivo que me levou a analisar esse texto refere-se ao fato de que, além de ser um detalhado diagnóstico do contexto brasileiro do início dos anos 50, esse documento apresenta algumas singularidades.

Singulariza-se em relação à maneira pela qual a compreensão e a análise da realidade brasileira são desenvolvidas. O autor, logo no início, explicita o fato de que os problemas tradicionais e específicos do Brasil só podem ser compreendidos no âmbito da história e das problemáticas do mundo ocidental. Isto é, para o autor, a possibilidade de se compreender essa crise nacional se apóia num significativo pressuposto – o de que os nossos problemas nacionais (“tradicionais e específicos”) não podem ser analisados isoladamente pois se encontram intimamente articulados às questões da atual dinâmica mundial. Partindo desse pressuposto, a análise da crise se baseia em dois planos de percepção – o estrutural e o conjuntural —, que, por sua vez, se desdobram em quatro aspectos básicos: o econômico, o social, o cultural e o político (Jaguaribe, 1953; p. 120).

Além desse pressuposto, um outro aspecto de cunho metodológico destaca-se na caracterização do texto. Trata-se da maneira através da qual o autor “olha” e analisa o objeto a ser decifrado; esse olhar se apóia numa abordagem histórica que culmina numa percepção múltipla, geralmente dupla e complementar, do objeto percebido. Trata-se de uma análise dualista do objeto, explicitada numa “crise brasileira”, que se fundamenta em questões internas e externas; que se caracteriza por apresentar dimensões estruturais e conjunturais etc.;

Singulariza-se, também, em relação ao significado, do apoio e da legitimidade recebida pelo documento. Em função da percepção de um agravamento da crise brasileira, em 1953, foram redefinidas as atividades do

crise brasileira, em 1953, foram redefinidas as atividades do IBESP, cujas ações passaram a se concentrar na interpretação da crise nacional.

O agravamento da crise brasileira e a aguda consciência de que se impunha a necessidade de tentar a análise de seus efeitos e causas e a busca das soluções possíveis levou o IBESP, no curso deste ano, a suspender, por alguns meses, o programa de estudos traçado no ano precedente, para se dedicar, predominantemente, à interpretação da crise nacional. Relator da matéria o nosso companheiro Helio Jaguaribe, apresentou, em março do corrente, o Informe adiante publicado, sendo o referido documento, desde então submetido à minuciosa crítica dos membros do Instituto. (...) Não se trata, portanto, de uma tese definitiva, que exprima coletivamente o ponto de vista do IBESP, uma vez que ainda não se encerraram os debates sobre esse documento. (*CNT*, 1953; p. 118)

Nesse sentido, não obstante ter autoria definida, o documento em questão foi “submetido à minuciosa crítica dos membros do IBESP” (*CNT*, 1953; p. 119), representando assim o primeiro esforço de um dos elementos do grupo diante do desafio de compreender os problemas da crise brasileira. Ou seja, a despeito do documento não ser assumido pelo Instituto como “uma tese definitiva que exprima coletivamente o ponto de vista do IBESP” (*CNT*, 1953; p. 119), é inegável sua representatividade como o primeiro documento que mobilizou, de maneira mais sistemática e formal, uma discussão interna do grupo, apoiada nos estudos das ciências sociais e dos problemas brasileiros. Dessa forma, marca-se o início de uma extensa produção intelectual – desenvolvida inicialmente no âmbito do IBESP e posteriormente pelo ISEB. Iniciava-se, assim, no contexto dos anos de 1950, uma abordagem nova e singular dos problemas brasileiros – marcada por uma efetiva interpretação das circunstâncias presentes na realidade brasileira.

Por fim, singulariza-se pela preocupação formal, entendida como expressão de seriedade e consistência no tratamento do tema; o documento é longo (41 páginas da revista *CNT*), minuciosamente organizado e dividido em vários subtítulos, num total de três grandes partes, que se estruturam ao longo de 13 capítulos diferentes. Essas três partes, que expressam o encaminhamento do tema abordado, se denominam: “Configuração da Situação”; “Problemas e Soluções”; e “A Ideologia”, como pode ser constatado a seguir.

A Crise Brasileira

1ª. Parte – Configuração da Situação

Capítulo I – Crise Econômica

Capítulo II – Crise Social

Capítulo III – Crise Cultural

Capítulo IV – Crise Política

2ª. Parte – Problemas e Soluções

Capítulo V – Limites e Condições

Capítulo VI – O Problema Econômico

Capítulo VII – O Problema Social

Capítulo VIII – O Problema Cultural

Capítulo IX – O Problema Político

3ª. Parte – A Ideologia

Capítulo X – O Problema da Ideologia

Capítulo XI – O Problema do Socialismo

Capítulo XII – Socialização e Socialismo

Capítulo XIII – O Problema da Ideologia Brasileira

I. Problema Econômico

II. Problema Social

III. Problema Cultural

IV. Problema Político

1ª Parte – Configuração da Situação

Nessa primeira parte do texto, o Hélio Jaguaribe desenvolve os capítulos 1, 2, 3 e 4, que abordam respectivamente, a Crise Econômica, a Crise Social, a Crise Cultural e a Crise Política; trata-se de um texto que alterna constatação e análise entremeadas por alguns quadros síntese. Tendo por objetivo identificar os registros iniciais do pensamento isebiano sobre educação, minha análise do documento se concentrará nos itens dedicados à Crise Social e Cultural.

Ao abordar a Crise Econômica, Jaguaribe defende a tese de que:

Estruturalmente, a crise econômica brasileira consiste no fato de ter ultrapassado o seu nível de tolerância o processo de nosso subdesenvolvimento. (...) a progressiva deterioração de nossos termos de troca, acentuada pela crescente dependência de certas matéria-prima básicas – petróleo, carvão, trigo – e pela crescente solicitação de maquinaria (...)

tornou cada vez mais insuficiente o saldo de nossa exportação para cobrir as exigências da importação. Aquela adquiriu caráter inelástico, esta, elástico. E assim se formou um ponto de estrangulamento econômico que estagnou nossa capacidade de desenvolvimento. (...) Em virtude desse processo econômico, o Brasil não contou com a acumulação de capitais nem com a formação de técnicos capazes de atender às exigências da indústria moderna. Daí decorreu um terceiro fator de estrangulamento. Por falta de capitais e de técnica, o país não conseguiu atingir um nível de produção suficientemente superior às necessidades do consumo e ao aumento vegetativo da população. (Jaguaribe, 1953; p. 120-1; grifo meu)

O autor trabalha a idéia de que, historicamente, o contexto brasileiro é marcado por um subdesenvolvimento que se esgota, gerando um sério desequilíbrio tanto quantitativo quanto qualitativo entre as demandas e as práticas de importação e exportação. Ao perceber essa questão como estrutural, o autor assume o fato de que todas as outras dimensões da realidade brasileira – política, social e cultural – acabam sendo direta e/ou indiretamente impactadas por este fenômeno.

Ao final do capítulo, o autor, através de um quadro síntese, aponta dois tipos de causas – indiretas ou involuntárias e as diretas ou de efeito deliberado – da crise atual do país que, gerada por esse fenômeno de esgotamento do subdesenvolvimento, se expressa através de uma ótica dualista, por ele denominada, de “escassez-carestia”. Dentre as causas indiretas, são apontadas a insuficiência do volume de bens e serviços; a insuficiência dos sistemas de transportes e de armazenamento; a concentração urbana em ritmo acelerado; e a concentração espacial da concorrência na procura dos bens de consumo. Dentre as causas diretas, são apontados o surgimento de diferentes tipos de monopólios: monopólio ou oligopólio na produção industrial de determinados bens de consumo; monopólio ou oligopólio na importação de bens de produção ou de consumo; oligopólio no transporte rodoviário de gêneros alimentícios; e o oligopólio na distribuição dos gêneros.

Em se tratando de um texto que se pretende interpretativo da crise econômica brasileira no ano de 1953, seu encaminhamento não passa por uma preocupação de entendimento do modelo econômico adotado, mas sim pela identificação de práticas e mecanismos historicamente isolados que se destacam nas relações econômicas daquele momento. O autor parece não se preocupar em interpretar o seu tema no âmbito de uma determinada totalidade, ou seja, não há uma preocu-

pação em se perceber o conjunto articulado das práticas e dos ideários que efetivamente compõem o então modelo econômico adotado pelo país.

Crise Social

Já a Crise Social começa a ser pensada a partir do que o autor denomina "o agravamento crítico do “problema social”, dentro das condições peculiares à nossa história” (*CNT*, 1953; p. 122). Apoiado numa preocupação histórica, Hélio Jaguaribe percebe o “problema social” de maneira, mais uma vez, dualista – o problema social “no contexto do mundo ocidental” e o problema social “no contexto da realidade brasileira”.

No conceito de contexto do mundo ocidental adotado pelo autor, “o problema social apresenta (...) a transformação da tensão entre as classes num antagonismo irreduzível” (*CNT*, 1953; p. 123). Ou seja, para o autor, o conceito de problema social, no contexto do mundo ocidental, expressa um fenômeno social de transformação, na medida em que transforma a tensão existente entre as diferentes classes num constante embate de forças. Paralelamente, o conceito de problema social, no “contexto da realidade brasileira”, se apóia numa forte ligação com o nosso colonialismo.

No caso brasileiro, esse embate de forças entre as classes acabou contribuindo para “uma economia de exploração”, definida como “aquela em que a formação da riqueza é organizada e procedida em benefício de valores ou de pessoas estranhos ao seu próprio processo” (*CNT*, 1953; p. 123). Com a Independência, esse sistema de economia de exploração deixa de funcionar em proveito do tesouro português, passando a funcionar em proveito da classe dirigente, “tornando-se o Estado brasileiro o aparelho assegurador desse regime. (...) O mesmo fenômeno se processou na República” (*CNT*, 1953; p. 124). Nesse sentido, os anos de 1950 resultam dos históricos problemas existentes numa economia de exploração.

Crise Cultural

Para Hélio Jaguaribe, a análise da crise cultural se inicia com a idéia do agravamento da “incultura nacional”, no sentido de que “o processo de economia de exploração (...) não suscitou as condições reais necessárias para a formação da cultura brasileira” (CNT, 1953; p. 129). A fim de compreendermos o conceito de “incultura nacional”, vale o entendimento do conceito de cultura expresso no texto:

Uma cultura se forma (...) graças aos estímulos da angústia religioso-filosófica. A necessidade de compreender o mundo e de interpretar o destino do homem, de descobrir a essência das coisas e o processo de seu devenir, e de investigar o sentido e a finalidade da vida, são os motivos e os móveis espirituais do esforço intelectual. (...) E desta forma a cultura brasileira, herdando as tradições da portuguesa, nasceu petrificada em crenças arcaicas e esvaziada de autênticos estímulos para uma reação original. O curso do tempo e a influência das idéias estrangeiras foram solapando, aos poucos, as crenças tradicionais. Mas o pensamento brasileiro, desatualizado com relação ao europeu, desabituaado de reflexão própria e transmitindo às novas gerações o passivo acumulado das anteriores, somente em nossos dias esboça uma tendência a adquirir vitalidade própria

Entre os inúmeros efeitos perniciosos desse processo, ressalta o fato da cultura brasileira se ter configurado como uma cultura verbal. A palavra, em vez de se apresentar como instrumento transparente para a fixação das idéias, se veio manifestando como coisa, apreciável por critérios puramente externos, como a sonoridade, o ritmo, a força figurativa. Encaminhou-se por isso, nossa cultura, para o sentido do ornamental e do divertimento.

(...) Do ponto de vista dos fatores reais, também faltaram ao Brasil condições propícias para a formação e o desenvolvimento da cultura. (...) é a necessidade de dominar as circunstâncias físicas e sociais que, no plano dos fatores reais, incentiva a cultura. Ora, o processo de economia de exploração, já analisado, atenuava a provocação do meio natural e social sobre o pensamento brasileiro. (Jaguaribe, 1953; p. 129; grifos meus)

Apoiando-se numa abordagem histórica e nos aportes filosóficos do existencialismo e do culturalismo, Hélio Jaguaribe vai apontando a maneira pela qual o processo de economia de exploração interferiu na construção da cultura e do pensamento brasileiro. Interessante assinalar que nesse contexto dos anos 50, outros intelectuais, tais como Anísio Teixeira, também se preocupavam não só em denunciar como tentavam conceber estratégias de ação que pudessem superar, mesmo parcialmente, as conseqüências desse sentido ornamental e isento de organicidade, que marcou significativamente a cultura nacional. Outro dado importante. Apontado

no texto, é o fato de que a interferência da economia de exploração não se dá somente na cultura, mas também no pensamento brasileiro, influenciando de diferentes maneiras os intelectuais e a produção intelectual desenvolvida no país.

Até a recente expansão industrial, o funcionamento econômico-social do país requeria, apenas a interferência das técnicas liberais: técnicas jurídicas, para regular a convivência, engenharia civil para a construção de casas e vias de comunicação, medicina para atender aos serviços médico-sanitários.

Por tais motivos, aos se identificar a crise de nosso tempo, o Brasil se viu culturalmente despreparado para enfrentá-la. O pensamento nacional não dispõe de categorias para equacionar a problemática filosófica e sociológica do mundo contemporâneo. E o país carece de técnicos e de administradores para enfrentar as tarefas cada vez mais complexas da vida econômico-social. (Jaguaribe, 1953; p. 130; grifo meu)

Nas conclusões assumidas, o autor apresenta algumas pistas que nos ajudam a entender os motivos do surgimento do IBESP e seus principais objetivos; a necessidade de se instrumentalizar o pensamento nacional diante das atuais problemáticas filosóficas e sociológicas leva à introdução da matriz existencialista subsidiando a formação de técnicos e administradores competentes e eficientes, para interpretar e compreender a realidade brasileira.

Crise Política

A percepção do autor em relação à crise política brasileira se remete à:

...a crise na fundamentação e na estruturação do Estado, nos processos de aquisição e de transmissão do poder, nas concepções sobre a missão do Estado e no exercício das atividades estatais, exprime as dificuldades e a desorientação indicadas nos itens precedentes. (...) O Estado Imperial era, essencialmente, um aparelho destinado a assegurar a propriedade fundiária (Jaguaribe, 1953; p. 130)

Destaca-se a ênfase que o autor dá ao papel que a burocracia estatal teve no gradual encaminhamento do Estado brasileiro, seja tanto no contexto da revolução de 30, quanto fundamentalmente no Estado Novo, momento no qual

...a imitação formal das técnicas administrativas norte-americanas, sem interferir no estilo cartorial de nossa burocracia, deu-lhe uma dignidade que até então não conhecera, criando grandes denominações para os órgãos e os cargos públicos e subordinando-os, no papel, a um rigoroso sistematismo, que lhes emprestava, para quem os conhecesse apenas pelos organogramas, uma importante aparência de racionalidade e de eficácia.

Essa administração cartorial revestida externa e internamente de uma sistemática altamente técnica, sobreviveu ao Estado Novo (...). O Estado cartorial, organizado para despachar papéis, foi se demonstrando cada vez mais incapaz de atender àquele mínimo de serviços exigidos pelo processo econômico-social. Da instrução pública às estradas de ferro, todos os serviços a cargo do Estado, tanto na esfera federal como na estadual e municipal, passaram a acusar um déficit crescente, caminhando, em nossos dias, para o completo colapso. (Jaguaribe, 1953; p. 131; grifos meus)

No gradativo desenvolvimento desse Estado cartorial-burocrático, chega-se, assim, então à crise existente “nas relações entre o Estado e a sociedade, crise que decorre essencialmente, do processo de economia de exploração, e que faz do Estado o aparelho de cúpula do regime de autofagia” (Jaguaribe, 1953; p. 132). Podemos assinalar, então, que a análise desenvolvida sobre a crise política se concentra no estratégico papel burocrático e cartorial, historicamente assumido pelo Estado brasileiro.

2ª Parte – Problemas e Soluções

Nessa segunda parte, o documento apresenta maior incidência de uma linguagem esquemática, com vários itens, no qual continuam sendo desenvolvidas análises dualistas, que se iniciam já no título principal “Problemas – Soluções”; esse olhar dual de análise é apresentado ao longo dos diferentes capítulos, cada qual analisando uma determinada dimensão: a do enfoque “Econômico”, do “Social”, do “Cultural”, e do “Político”, respectivamente os capítulos 5, 6, 7, 8, e 9.

No texto introdutório, Capítulo 5 – “Limites e Condições”, Hélio Jaguaribe aponta como objetivos principais dessa 2ª parte, a apresentação do que seriam as providências e soluções gerais mais adequadas à resolução dos problemas, já anteriormente assinalados, da realidade brasileira. Inicialmente, ao desenvolver algumas colocações de cunho teórico, registra algumas diretrizes metodológicas assumidas, com destaque para o papel da história em sua análise.

...observa-se, desde logo, que os problemas econômicos, sociais, culturais e políticos, que constituem facetas do processo histórico, se desenrolam num plano empírico e dinâmico. (...) Mas como a solução de um problema histórico é também um ato histórico, a elaboração das fórmulas está sujeita às condições de lugar e tempo e é impossível prever-se a medida em que tais fórmulas permanecerão válidas, no curso do tempo, certo que, em determinado momento, deixarão de sê-lo.

Não se pode aprisionar a história em fórmulas. Não há para os problemas históricos soluções definitivas, universais e permanentes. Mas há soluções autênticas e inautênticas, profundas e superficiais. As soluções correspondem aos imperativos históricos do momento e o satisfazem em profundidade, inauguram ciclos e se convertem em marcos para o subsequente processo do devenir histórico.

(...) A história se articula em épocas que, por sua vez, se processam pela sucessão das gerações. Cambiando embora as condições reais e ideais de cada momento histórico, cada época conserva uma relativa permanência. Além de pelo acaso, a modificação das condições reais é presidida pelas idéias que dirigem os homens na utilização dos fatores reais a seu dispor. (...) não obstante o fato de as condições reais de existência condicionarem parcialmente, as idéias, estas, além de prefigurarem, enquanto idéias, as condições de possibilidade do jogo dos fatores reais, atualizam um repertório de crenças prévio a cada uma das idéias. As crenças, portanto, constituem matéria-prima da história e são os marcos diferenciadores das épocas. Uma época persiste enquanto persistem as crenças que a informaram. E as crenças persistem enquanto não se esgotou, no processo histórico, o repertório de idéias nelas contidas. (Jaguaribe, 1953; p. 136; grifos meus)

É importante comentar o registro que o autor elabora sobre o papel da história na análise da realidade, por vários motivos. Inicialmente, na medida em que ele mesmo, autor do texto, não faz o uso, que ele próprio aponta, desse instrumental histórico no desenvolvimento de sua análise. Ao colocar que “a solução de um problema histórico é um ato histórico”, sua análise deveria pressupor uma maior consciência do seu próprio lugar, do momento do qual ele, autor, está falando, observando e analisando seus objetos de análise. Mas, sua grande preocupação com a abordagem histórica se efetiva quando ele começa a apontar a dinamicidade da dimensão histórica – “não se pode aprisionar a história em fórmulas”. Ou seja, a despeito das mudanças e transformações das condições reais e ideais (...) cada época conserva uma relativa permanência; trata-se da idéia de que a mudança das condições reais é presidida pelas idéias que dirigem os homens; idéia que também é explorada quando ele apresenta o conceito de crença, matéria-prima da história e marco diferenciador das épocas e dos contextos históricos – uma reflexão funda-

mental, de preparação do terreno para se pensar a questão da ideologia²³, seus papéis e seus significados na sociedade humana e significativamente na sociedade brasileira.

Continuando nesse raciocínio, Hélio Jaguaribe assinala que “a análise de nossa época revela que uma das dimensões de sua problemática é o esgotamento das crenças que presidiram a sua formação”. Para efeito de sua análise, desenvolve uma classificação de crenças substantivas (crenças que configuram a essência da cultura ocidental, nucleadas no cristianismo) e crenças adjetivas (crenças que, a partir dessa crença básica, compõem a estrutura de nossas instituições sociais; são adjetivas porque constituem a modalidade segundo a qual as demais crenças se atualizam e se concretizam). Essa reflexão culmina com a afirmação de que “as crenças substantivas são religião e as adjetivas são ideologia”. Ou seja, as ideologias podem ser construídas por atos da inteligência e da vontade, embora, dependam de condições objetivas de possibilidade. Uma ideologia consiste, essencialmente, na formulação de uma pauta de valores e de sua articulação num projeto social dotado de eficácia histórica.

No encaminhamento da reflexão de que a “...Crise Brasileira atinge todos os planos da vida nacional e se acha inserida no contexto da crise do nosso tempo” (Jaguaribe, 1953; p. 138), surge então o conceito de ideologia, seus significados e usos. Enfim, todo um amplo entendimento do conceito de ideologia e o papel singular que esse instrumental teórico vai assumir no encaminhamento desse documento voltado à Crise Brasileira.

Nesse sentido, o fenômeno crise é um complexo integrado, que não se confunde com a soma dos problemas de que se compõe e só comporta, igualmente, uma solução integrada, também distinta do conjunto de providências de que se componha. Mas este elemento integral e integrativo, de que se deve revestir a solução, caracteriza a necessidade de ela apresentar caráter ideológico. Isto não exclui a necessidade de uma política, consistente em medidas diversas, individualmente formuláveis, que atenderão a problemas também consideráveis individualmente. Mas essa mesma política só será realizável e eficaz se contida no bojo de um movimento ideológico, que a propulsione socialmente e a cujos princípios ela dê execução concreta. Inclusive porque a solução ideológica além de condição integrativa do conjunto das soluções, é também uma exigência específica de certos problemas concretos. (Jaguaribe, 1953; p. 138; grifos meus)

²³ O conceito de crença será fundamental para a definição adotada para o conceito de ideologia, trabalhada na parte III deste mesmo documento, descrita adiante.

O papel de um movimento ideológico se coloca na medida em que, uma abordagem existencialista defende a não existência de uma reflexão totalmente objetiva da realidade, ou seja, alguma ideologia sempre se faz presente nas análises empíricas. Assim sendo, o homem não é pois nenhuma substância suscetível de ser determinada objetivamente; seu ser é um construir-se a si próprio. Daí a importância e o papel de um aporte ideológico no âmbito de uma abordagem existencialista.

Evidenciam-se, assim, as origens de uma reflexão teórica e do desenvolvimento de alguns princípios relacionados com o papel da ideologia, aspectos que irão caracterizar tanto o ideário quanto as atividades desse grupo de intelectuais que posteriormente irá compor o ISEB. Dentre as colocações feitas acima, vale destacar a importância da ideologia, como elemento integrador das soluções possíveis para a nossa crise; além disso, a existência de uma condução política é defendida, na medida em que esta condução se dê sob a influência de um movimento ideológico – uma ideologia que terá tanto o papel de propulsora social dessa política quanto o de geradora dos seus princípios norteadores.

Concluindo essa introdução, Hélio Jaguaribe assinala que o problema da solução da crise comporta dois aspectos distintos: a) o repertório de providências voltadas à correção das mais graves deficiências no plano econômico, social, cultural e político e b) uma ideologia de sustentação e seus princípios norteadores.

Podemos constatar que já nesse momento a questão ideológica e seus desdobramentos eram vistos como instrumentos fundamentais na reestruturação do país diante da crise instalada. Infelizmente não há como esclarecer, ao menos através deste documento, onde é inicialmente buscado o conceito de ideologia, quais as fontes de estudo que geraram o uso dessas idéias e conceitos ou que autores são tomados por referências.

Dentro dessa lógica e por meio de uma linguagem esquemática, são apresentadas então as questões já anteriormente abordadas na parte 1. No esquema elaborado na parte 2, a cada um dos planos – econômico, social, cultural e político, relacionam-se dois itens: a) “O Problema” e b) “Solução”, seguidos de um conjunto de providências a serem adotadas em cada um deles. Cada um dos planos trabalhados corresponde, respectivamente, aos capítulos 6, 7, 8 e 9.

Não esquecendo o pressuposto de que a reflexão contida nesse documento contém as idéias matrizes do que posteriormente constituirá os pilares do pensamento do ISEB, foi feito um esforço de sistematização e entendimento de

mento do ISEB, foi feito um esforço de sistematização e entendimento de algumas dessas providências apontadas. A impossibilidade de destacar todo o conjunto das providências apresentadas, assim como a dificuldade de adoção de um bom e eficiente critério, acabou conduzindo-me à escolha de algumas providências – as relacionadas direta e/ou indiretamente com a questão da educação e as que, de alguma maneira, apresentavam idéias e conceitos característicos daquele contexto histórico dos anos 50.

No Capítulo VI – O Problema Econômico, aparece como “Solução” uma providência que utiliza o conceito de planejamento, tão presente nas falas e textos dos anos 50, a saber:

A solução mais eficaz e rápida desses problemas exige um planejamento geral da economia e a rigorosa execução dos planos” (Jaguaribe, 1953; p. 138). Já no Capítulo VII – O Problema Social, aparece registrado que em relação ao “crescente antagonismo entre as classes, o problema se caracteriza da seguinte forma:

- a) transformação das elites em classes privilegiadas com a perda de sua representatividade e exemplaridade;
- b) rebelião das massas, atualmente se manifestando, sobretudo, em forma de um oportunismo demagógico;
- c) falta de um projeto social dotado de apelo e apto a configurar um futuro a que se aspire coletivamente. (Jaguaribe, 1953; p. 139)

Aparece ainda, no item “Solução”:

Antagonismo das Classes

- a) Liquidação dos privilégios hereditários e das formações fechadas de classe.
- b) Promoção da circulação de elites, visando a criar quadros dirigentes dotados de efetiva representatividade, e exemplaridade.
- c) Formação de um movimento social apoiado numa ideologia e assentado por uma programática aptos a suscitar confiança no futuro e anseio pela realização dos objetivos prefixados. (Jaguaribe, 1953; p. 140)

No Capítulo VIII – O Problema Cultural, a percepção das problemáticas educacionais e de formação são interessantemente explicitadas.

A) O PROBLEMA

- a) a cultura brasileira como verbalismo ornamental ou como tecnicismo destituído de consciência de seus fundamentos.
- b) falta de estímulo ideais e reais para a formação de uma cultura autêntica.
- c) falta de um sistema educativo capacitado a exercer em proveito de todas as camadas da população, uma ação de adestramento para a vida, nas condições muito reais e ideais do nosso tempo e do Brasil.

d) falta, a prazo curto, de técnicos e de administradores.

B) SOLUÇÃO

a) criação da cultura brasileira, com a incorporação do patrimônio espiritual do Ocidente e a formação de uma compreensão viva da realidade nacional.

b) desenvolvimento de uma ação tendente a retirar o máximo rendimento da crise como fator estimulante da cultura. Criação de um movimento ideológico que extraia da própria crise os materiais e os incentivos para uma vigorosa afirmação cultural.

c) reforma da educação, tornando-a compulsória e geral, orientada para a compreensão e o domínio de nossas circunstâncias e apta a exercer uma ampla seleção de valores.

d) imediata criação de um amplo quadro de técnicos e de administradores, com aproveitamento de todos os valores locais e a incorporação de elementos estrangeiros. (Jaguaribe, 1953; p. 140-1)

Constatamos nesse texto matrizes geradoras de uma ampla reflexão sobre o país, isto é, o registro de importantes questões/categorias que, num segundo momento, serão freqüentemente trabalhadas no âmbito do ideário e das práticas do ISEB, tais como: a precariedade da cultura brasileira; a falta de consciência expressa no tecnicismo da formação desenvolvida; necessidade de estímulos para uma cultura autêntica; ausência de um sistema educativo para todos e mesmo, um adestramento para a vida; e a necessária formação de técnicos e administradores.

Também no conjunto de textos relacionados à “Solução” já aparecem várias questões que irão caracterizar o futuro pensamento isebiano: uma significativa preocupação com a criação de uma cultura brasileira – assumindo que não tivéssemos uma, concomitante com o desenvolvimento de uma compreensão viva (dinâmica) da realidade nacional; utilização da situação de crise que, via criação de um movimento ideológico, funcionaria como fator estimulante do desenvolvimento da cultura – essa ideologia possibilitaria a geração de “uma vigorosa afirmação cultural” (Jaguaribe, 1953; p. 140); a necessária defesa de uma reforma da educação, uma educação preocupada com a compreensão das nossas necessidades; e, finalmente, a necessária e imediata criação de amplo quadro de técnicos e de administradores, através de uma formação voltada à compreensão dos valores locais, somada à incorporação de elementos estrangeiros.

Ao finalizar a 2ª parte do texto, no Capítulo IX – O Problema Político, Hélio Jaguaribe apresenta, no item “Solução”, duas colocações importantes para o nosso objetivo de compreender os primórdios do ideário isebiano: a necessária “liquidação do estado cartorial e do parasitismo burocrático, e instituição do Estado-serviço e da administração produtiva e eficaz” e a “instauração de uma política

interna calcada num planejamento geral da ação do Estado em todos os planos da vida nacional” (Jaguaribe, 1953; p. 141).

Na 3ª parte do texto, denominada “A Ideologia”, são desenvolvidos os seguintes temas trabalhados em distintos capítulos: Capítulo X – O Problema da Ideologia; Capítulo XI – O Problema do Socialismo; Capítulo XII – Socialização e Socialismo; e Capítulo XIII – O Problema da Ideologia Brasileira. Numa rápida observação em relação aos títulos elencados, é interessante apontar que a questão da ideologia é, em dois dos temas abordados, trabalhada em relação ao ideário socialista.

Em relação às questões apontadas no Capítulo X - O Problema da Ideologia, Jaguaribe começa defendendo “a necessidade de uma ideologia, tanto para atender solicitações específicas como para integrar, num sistema de crenças e de idéias, a programática exigida pelos referidos problemas e conferir a essa programática a força social capaz de assegurar sua realização” (Jaguaribe, 1953; p. 142). Para Jaguaribe, o conceito de ideologia se define como sendo a crença adjetiva de uma época. Recuperando a definição de crença, já anteriormente apresentada, vale assinalar que, diferentemente das religiões (que são crenças substantivas), as ideologias podem ser construídas por atos da inteligência e da vontade (...) embora dependam de condições objetivas de possibilidade. É interessante pontuar que, ao trabalhar a concepção de ideologia, Hélio Jaguaribe apresenta uma pequena abordagem histórica do conceito, apontando seus diferentes significados passando por Napoleão, Marx, Scheler, Mannheim, chegando até Ortega. Assim sendo, sua definição é assim apresentada:

A ideologia é a crença adjetiva de uma época. Radicada nas crenças substantivas da cultura a que pertence uma época qualquer, ela exprime, no conjunto das circunstâncias existentes – inclusive e particularmente as circunstâncias configuradas pelas relações de poder e pela dinâmica da circulação de elites – o projeto social elaborado e promovido por uma elite para a sociedade a cuja liderança aspire. Nas sociedades diferenciadas por classes, como ocorre na ocidental, essa elite terá um caráter classista, embora não se reduza unicamente à dimensão de uma classe. Ainda que apoiada numa classe determinada e correspondente à aspiração de liderança dessa classe, a ideologia apta a gozar de eficácia social não se destina apenas a essa classe mas apresenta, para as demais classes, ainda que ficticiamente, uma oportunidade de inserção no seu projeto social, que é justificado como convindo a todos em geral e ao todo social em particular. (Jaguaribe, 1953; p. 142; grifos meus)

Vale destacar nesta citação, a presença da palavra “ficticiamente”. Explicando com outras palavras, o autor registra que a ideologia não se destina apenas à classe que a apóia, na medida em que ela acaba “fazendo de conta” que disponibiliza, para as demais classes, uma oportunidade de inserção no seu projeto social. O entendimento da ideologia tal como é definido na citação nos permite entender esse conceito como um mecanismo de controle político junto às classes menos favorecidas; uma estratégia política voltada a uma ilusão de inserção social. Ainda sobre o aporte ideológico, o autor esclarece que “formalmente, as ideologias estão condicionadas pela cultura vigente, pelas relações de poder, pela dinâmica da circulação das elites, pela situação econômica do grupo social e, finalmente, pelo projeto a que o conjunto das circunstâncias empresta validade e de que as ideologias se fazem portadoras” (Jaguaribe, 1953; p. 143).

Ao término deste capítulo, o autor então se pergunta sobre o conteúdo e sobre a caracterização de “uma ideologia voltada à aquisição de uma eficácia social, nas condições prevalentes em nosso tempo e no Brasil” (Jaguaribe, 1953; p. 143). Ou seja, sua preocupação não se restringe à formulação de uma ideologia qualquer; seu questionamento refere-se às características de uma ideologia socialmente eficaz, tendo em vista sua preocupação com a problemática brasileira. Nesse sentido, antes de introduzir sua concepção sobre essa ideologia socialmente eficaz, Jaguaribe analisa tanto as condições geralmente necessárias à implantação de uma ideologia como aponta as características do encaminhamento histórico da realidade brasileira.

Entre outras condições, o apelo para a formulação de uma ideologia válida postula a perda de validade, quando não de vigência, da ideologia anteriormente prevalente. É porque não subsiste a capacidade de liderança das elites ainda detentoras do poder nem se conserva o apelo social de seu projeto de vida coletiva que as crenças adjetivas adquirem caráter problemático, suscitando a exigência à formação de uma nova ideologia. Tal verificação indica, no caso brasileiro, que a burguesia urbana e latifundiária, que constitui a classe dirigente, deixou, efetivamente de ser dirigente, transformando-se em mera classe dominante. A elite, como grupo social concreto, não é mais a elite funcional, isto é, não constitui mais aquele estrato da sociedade dotado, efetivamente, do comando do processo social. Da mesma forma, a ideologia até a pouco prevalente – crença otimista no progresso e na razão, no valor absoluto do indivíduo e na igualdade dos homens – e as instituições modeladas por tais crenças – a liberal-democracia e o capitalismo – encontram-se em processo de decadência e de descrédito. (Jaguaribe, 1953; p. 143; grifo meu)

Vale destacar a análise sobre a burguesia urbana e latifundiária no Brasil que, ao deixar de ser dirigente, passa somente a se constituir em uma classe dominante, ou seja, a despeito de ainda ocupar espaços econômicos e políticos-chave, sua dominação deixa de ser exercida de forma hegemônica.

Tendo em vista apresentar os princípios teóricos que efetivamente sustentam sua própria posição neste trabalho, no Capítulo XI – O Problema do Socialismo, o autor passa a concentrar suas atenções nas análises dos princípios teóricos que caracterizam tanto o capitalismo quanto o socialismo.

Hélio Jaguaribe inicia sua análise nos colocando diante de algumas diferenciações apoiadas no pressuposto de que um regime é definido a partir de três objetos distintos – o modelo, o projeto e o processo social. Assim sendo, a linha essencial de separação desses dois sistemas – o capitalismo liberal-democrático e o socialismo bolchevista - não pode deixar de levar em conta o fato de que ambos “entendem que sua essência se encontra na realização da democracia” e que “a distinção mais objetiva entre os regimes em apreço repousa no estatuto dos meios de produção” (Jaguaribe, 1953; p. 145). Em outras palavras, embora assumindo que os modelos do capitalismo e do socialismo se excluem reciprocamente, o autor nos lembra que, sobretudo após a 1ª Guerra Mundial, todos os países capitalistas experimentaram “uma crescente deformação do arquétipo capitalista em proveito de uma crescente influência dos princípios socialistas” (Jaguaribe, 1953; p. 146).

Outra questão que o autor destaca em relação aos princípios teóricos dos dois regimes se dá quanto ao enfoque da historiografia contemporânea e de suas escolas que, em seu conjunto, “admitem que o processo histórico é objetivamente condicionado” (Jaguaribe, 1953; p. 146). A diferença é que, para os marxistas, tal condicionamento é basicamente econômico e se desenvolve dialeticamente através da luta de classes, enquanto que, para os idealistas, o condicionamento decorre do processo dialético do espírito, o qual se atualiza em arquétipos que informaram as relações reais de cada época.

Segundo o autor, seu posicionamento se encontra entre essas duas correntes, na medida em que se apóia num princípio que admite “uma multiplicidade de planos e distingue condicionantes reais e ideais, além de admitir como causa eficiente à intervenção da liberdade e do acaso”.

Sintetizando, para o estudo do caso em questão, Hélio Jaguaribe assume efetivamente dois aspectos das abordagens apresentadas: as possibilidades da interpretação condicionalista da história adotada pela atual historiografia e, se apoiando no pensamento de autores como Jaspers e Shumpeter²⁴, o autor conclui que em nenhum país contemporâneo persiste o capitalismo puro e verifica uma tendência crescente voltada tanto à iniciativa privada quanto à qualidade das experiências de nacionalização.

Ao iniciar o Capítulo XII – Socialização e Socialismo, Hélio Jaguaribe retoma a afirmação acima de que grande parte dos países ocidentais não persiste no capitalismo puro (a ser constatado através da transferência do controle dos meios de produção da iniciativa particular para a iniciativa pública) e, através desse pensamento, justifica sua hipótese de que o Brasil se encontra em pleno processo de socialização, sem que necessariamente isso implique num processo de instalação do socialismo. Sua explicação se apóia no pensamento de que “o socialismo não é um objeto unívoco, importando distinguir reciprocamente, o modelo, do projeto e do processo social” (Jaguaribe, 1953; p. 146). Infelizmente, esses três conceitos não são formalmente esclarecidos, mas certa intuição me fez entender o conceito de “modelo” como uma estruturação prática vinculada e encaminhada a partir de um conjunto de princípios que se conjugariam num “projeto”; já o “processo social” se traduziria no movimento específico das teorias e práticas sociais através das quais a sociedade se encaminha.

Essa hipótese passa então a ser explicada a partir de diversas considerações que se iniciam com a questão da possibilidade de que o processo de socialização implique na instauração do socialismo, ou seja, a possibilidade da existência de um projeto de socialismo dotado de eficácia social. Não fica claro se a preocupação do autor é somente identificar e apresentar, através de argumentações teóricas e empíricas, a confirmação da existência no mundo ocidental contemporâneo, de “um ou vários projetos de socialismo que pareçam se encaminhar para a confi-

²⁴ Jaspers é apontado pelo autor como “um liberal, adversário de todas as formas coletivistas, que reconhece que o fenômeno da massificação conduz à socialização dos meios de produção, como condição de possibilidade do que ele denomina de aparelho de subsistência das massas. Já Shumpeter é citado através de seu livro *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, considerado pelo autor como um dos livros mais importantes de nossa época pois “indica como, embora o capitalismo, no plano puramente econômico possua condições para atender às exigências da sociedade contemporânea, há todo um conjunto de fatores ideais e reais que tornam inevitável a desprivatização da propriedade” (Jaguaribe, 1953; p. 146)

guração de uma ideologia e de instituições aptas a adquirirem vigência” (Jaguaribe, 1953; p. 147).

Para tanto, sua reflexão inicial centra-se no marxismo, suas origens, seu contexto inicial, seu desenvolvimento ao longo da história, assim como suas diferentes formas de apropriação. Sua conclusão é a de que:

a partir de profundas modificações experimentadas pelo projeto marxista, além de alterarem o conteúdo mesmo desse projeto, transformaram suas relações com o processo de socialização. O processo de socialização, desenvolvendo-se no Ocidente antes da formulação do marxismo, por motivos inerentes às próprias condições de vida ocidental, adquiriu com o marxismo a consciência de seu próprio sentido, alcançado, assim, uma vigência muito maior. (Jaguaribe, 1953; p. 147; grifo meu)

Em se tratando do ano de 1953, contexto de um mundo polarizado entre dois projetos ideológicos distintos, essa pontuação de que, no Ocidente, o processo de socialização se desenvolveu antes da formulação do marxismo, e que, devido a esse fenômeno o marxismo acabou sendo vivenciado de maneira mais consciente e com uma vigência ampliada, coloca em evidência a preocupação de “não atrelamento” do processo de socialização (em desenvolvimento) com o ideário marxista; somente através desse “não atrelamento” seria possível legitimar o processo de socialização em curso.

Hélio Jaguaribe parte da idéia de que as transformações experimentadas pelo marxismo estabeleceram “uma crise na validade do projeto marxista” ou seja “(...) a ideologia socialista, de uma forma ou de outra sempre vinculada ao pensamento do século XIX, acaba sofrendo o impacto das novas idéias do século XX” (Jaguaribe, 1953; p. 148). O resultado dessa crise de validade do projeto marxista desemboca no divórcio entre o processo de socialização e a ideologia socialista, entendida em sentido amplo como o conjunto de formulações que giram em torno do marxismo. Prosseguindo, o autor defende a idéia de que “a essência da crise ideológica do nosso tempo decorre do fato de a ideologia socialista que nos legou o século passado ter, em maior ou menor grau, perdido sua validade antes de produzir seus plenos efeitos” (Jaguaribe, 1953; p. 148). Uma perda de validade que, significativamente, acaba fomentando a “supervivência do capitalismo”, inclusive no processo de socialização. Na conclusão do Capítulo XII, o autor retoma a pergunta inicial – se a operacionalização do processo de socialização implicaria numa

instauração negativa do socialismo – e, ao encaminhar a resposta, alerta para as diferenças existentes entre “pensar a absorção do processo de socialização” e “pensar a implantação do socialismo stalinista”. Pensar a implantação do socialismo stalinista significa vivenciar um fenômeno eminentemente militar e político, algo que vai além dos limites do processo dialético da ideologia defendida pelo ideário marxista; ou seja, algo bem diferente de se trabalhar com a idéia de uma absorção do processo de socialização.

Finalmente, no último capítulo do texto, Capítulo XIII – O Problema da Ideologia Brasileira, o autor se dedica ao entendimento do papel e das problemáticas de uma ideologia especificamente brasileira. Segundo Hélio Jaguaribe, uma ideologia vinculada à problemática nacional deveria contemplar um duplo aspecto: ser resultante de exigências específicas principalmente relacionadas aos nossos problemas sociais, e, concomitantemente, dar conta da necessidade de se conceber integradamente um sistema no qual conjugue essas diversas soluções. Dentre as dificuldades para se alcançar esse objetivo maior, o de se conceber uma ideologia voltada aos problemas brasileiros atuais, o autor destaca a crise provocada pela desvalidação da ideologia socialista, na medida em que “inserido na cultura ocidental e relacionado (...) com a problemática desta cultura, o Brasil experimenta, como os demais países do Ocidente, a crise provocada pela desvalidação da ideologia socialista, a despeito de um crescente processo de socialização” (Jaguaribe, 1953; p. 148).

Jaguaribe também aponta para o fato de que no Brasil, a ideologia socialista só é formalmente sustentada pelos partidos comunistas (PCB e PS). Em se tratando do PCB – Partido Comunista do Brasil, trata-se de uma instituição que, por pautar suas ações na política e nos planos militares da Rússia, acaba apresentando sérias limitações em suas práticas, incapacitando-o inclusive de se identificar com os problemas reais e específicos da realidade brasileira. Quanto ao Partido Socialista, sua problemática se origina na falta de unidade ideológica concomitante ao seu distanciamento do processo social brasileiro.

Assim sendo, diante desses pressupostos, como pensar “o problema de uma formulação ideológica apta a integrar, num sistema de conjunto, susceptível de eficácia histórica, as soluções requeridas pela problemática nacional?” (Jaguaribe, 1953; p. 149). É no momento de apresentação dessa resposta que o autor retoma a reflexão desenvolvida sobre “a distinção (...) entre o socialismo como pro-

jeto e como modelo, da socialização, como processo real de conversão da propriedade dos bens de produção de privada em pública” (Jaguaribe, 1953; p. 149); uma reflexão importante para que possamos compreender que no Brasil. O fenômeno da nacionalização sempre foi marcado por um caráter empírico, direcionado por conveniências e interesses, não sendo, portanto, um fenômeno direcionado por um ideário ou um projeto. Dessa maneira, para o autor, a possibilidade de se formular uma ideologia de integração voltada para a solução dos problemas nacionais se apóia, fundamentalmente, no pressuposto da desprivatização dos meios de produção, ou seja, numa ideologia de cunho socialista que viabilize com eficácia o encaminhamento do nosso processo de socialização.

Apoiando-se na reflexão sobre os aspectos envolvidos na formulação de uma ideologia de integração, Hélio Jaguaribe passa então a analisar os problemas da realidade brasileira a partir dos quatro esquemas já apresentados na 2ª parte desse texto, a saber: 1. Problema Econômico (Problemas de Estrutura e Problemas de Conjuntura); 2. Problema Social (Economia de Exploração e Antagonismo das Classes); 3. Problema Cultural; e 4. Problema Político.

Tendo em vista que o objetivo principal da pesquisa é identificar e compreender o legado das dimensões educativas e pedagógicas do ISEB, instituição que teve, no IBESP e na sua produção intelectual (da qual faz parte o presente documento), suas matrizes teóricas, o item Problema Econômico será analisado de maneira mais superficial do que os relacionados com o Problema Social, Problema Cultural e até mesmo Problema Político.

Assim sendo, o Problema Econômico é trabalhado a partir do subitem “Problemas de Estrutura” que aponta o planejamento geral como condição mais rápida e eficaz para a superação do subdesenvolvimento, desde que submetido a uma rígida regulamentação; um planejamento que será tanto mais viável quanto mais desprivatizado for o regime da produção – o máximo da viabilidade coincidindo com o máximo da socialização. E, o que ocorre com o planejamento ocorre também com outras medidas com ele relacionadas, direta ou indiretamente, a saber: a) a regulamentação das aplicações da renda nacional; b) o rigoroso controle do intercâmbio internacional; c) o reaparelhamento geral; e d) a racionalização e tecnificação da produção.

Tendo em vista o destaque de alguns aspectos pontuais, no subitem intitulado “Regulamentação das aplicações”, para o autor, um adequado funcionamento

implicaria na substituição da conveniência privada dos empresários pelo interesse público das inversões, ou seja, “somente a socialização permite alcançar um regime ótimo de investimentos” (Jaguaribe, 1953; p. 150). Ao fazer essa afirmação, Hélio Jaguaribe também alerta para o fato de que

O processo de socialização não obedeceu, em todos os países, aos mesmos critérios. Nos países desenvolvidos a socialização visava satisfazer as massas quanto à repartição do produto nacional (...). Diversamente, nos países subdesenvolvidos, o processo de socialização visava aumentar a produção e a produtividade que as distorções do investimento privado mantinham em baixo nível. (...) Em se tratando do Brasil, o processo de socialização em jogo teria de ser – como realmente tem sido, a despeito de todo empirismo – o de uma socialização inversionista. (Jaguaribe, 1953; p. 150)

Para o autor, uma socialização inversionista não pode ser confundida com uma socialização reparticionista; pelo fato do autor não explicitar claramente o significado desses conceitos²⁵, arrisco a afirmar, levando em conta o sentido das palavras, que uma socialização reparticionista pressupõe uma repartição, uma distribuição, algo distinto de uma socialização inversionista, que entendo como uma socialização que se dá através de uma intervenção do Estado, visando inverter as conveniências privadas e fornecendo assim um maior equilíbrio nas relações sociais. Vale assinalar que, na continuidade dessa reflexão teórica, envolvendo esses diferentes tipos de socialização, também são citados autores tais como Pareto, Barone e Schumpeter.

O subitem seguinte, “O rigoroso controle do intercâmbio internacional”, volta-se para a questão do monopólio estatal do comércio internacional, e o posterior, “O reaparelhamento geral”, apresenta algumas considerações sobre o controle público da economia. Esse subitem finaliza apontando o quanto o capitalismo de transição suporta as interferências vivenciadas pelo poder público; o que significa dizer que esse capitalismo consiste num crescente processo de socialização, evidenciando, assim, que o reaparelhamento desejado se fará tanto melhor quanto mais socializada for a economia.

No último subitem “Problemas de Estrutura”, intitulado “A racionalização e tecnificação da produção”, são trabalhados os mesmos princípios anteriores; ou seja,

²⁵ Vale ressaltar que essa questão do autor não explicitar os conceitos é significativamente recorrente ao longo do texto.

O reaparelhamento é uma das formas da racionalização e da tecnificação da produção, (...) caracterizada pela necessidade de se adotar novos métodos na divisão do trabalho e novos processos na produção de bens [algo que] constitui um esforço cuja execução implica, igualmente, na socialização, porquanto o Estado, como no caso particular do reaparelhamento, tem de promover uma economia e tem de fixar os critérios de aplicação desses novos recursos. (Jaguaribe, 1953; p. 152-3)

No segundo item do “Problema Econômico”, denominado “Problemas de Conjuntura”, a ênfase se dá no “complexo escassez-carestia, que caracteriza a conjuntura econômica brasileira e que implica (...) na desprivatização dos meios de produção”. Nesse item são abordados os subitens, “A estabilização de preços e salários” e “A organização do abastecimento”.

Passando ao item do “Problema Social”, o autor afirma que:

Se a socialização dos meios de produção é condição de eficácia e muitas vezes de possibilidade da solução dos problemas que caracterizam a estrutura e a conjuntura econômicas brasileiras, a mesma socialização é um imperativo *sine qua non* para a solução de nossa crise social. (...) a crise social brasileira apresenta dois aspectos essenciais: a economia de exploração e o antagonismo das classes. (Jaguaribe, 1953; p. 154; grifos meus)

Em “Economia de Exploração”, o autor começa afirmando que a liquidação da economia de exploração exige a adoção de determinadas medidas, e nos aponta algumas de suas características: a) estabilização dos custos; b) liquidação do parasitismo burocrático; c) vinculação entre todas as formas de retribuição do trabalho e a produção de cada trabalhador.

O texto retoma, então, vários dos princípios já explorados anteriormente, tais como: a exigência da socialização da produção e dos meios de produção; incompatibilidade com a propriedade privada dos meios de produção; a necessidade do controle dos lucros; a necessária liquidação do Estado cartorial brasileiro etc.

Em “Antagonismo das Classes”, o enfoque aborda as medidas através das quais esse antagonismo pode ser eliminado:

- a) Liquidação dos privilégios hereditários e das formações fechadas de classe.
- b) Promoção da circulação de elites, visando a criar quadros dirigentes dotados de efetiva representatividade e exemplaridade.

c) Formação de um movimento social apoiado numa ideologia e orientado por uma programática apta a suscitar confiança no futuro e anseio pela realização dos objetivos prefixados. (Jaguaribe, 1953; p. 156; grifos meus)

É importante assinalar que o autor afirma que esses três conjuntos de medidas “constituem, de todas as providências verificadas como necessárias para resolver a problemática brasileira, aquelas que mais dependem da socialização da produção” (Jaguaribe, 1953; p. 156). Dentre os comentários apresentados vale destacar o trecho no qual afirma que “a transmissão hereditária da riqueza constitui a essência mesma da injustiça social, eis que os meios de ação e as oportunidades deixam de ser iguais para todos, para se tornarem privilégio dos herdeiros” (Jaguaribe, 1953; p. 156).

E, ao final o texto, no item III, “Problema Cultural”, aparecem questões importantes as quais nos esclarecem sobre a formação de um pensamento voltado aos problemas do país, a definição do que é cultura, a necessidade de uma cultura brasileira, as necessidades educacionais, o significado e a importância da formação de um quadro de técnicos etc. Hélio Jaguaribe começa sua reflexão afirmando que as relações entre a cultura e a socialização da produção não são de conteúdo, mas de condicionamento; ou seja, defende, que, a despeito dos pensadores marxistas (textos de Marx e Engels), a maioria dos autores reconhece que “o estatuto de propriedade não implica em um conteúdo cultural predeterminado, mas apenas condiciona, exteriormente, a formação da cultura” (Jaguaribe, 1953; p. 157).

Dando continuidade a esse raciocínio que se segue sem maiores argumentações ou explicações, o autor aponta que, a despeito de a socialização da produção não implicar na realização de determinadas medidas voltadas aos problemas culturais, estas medidas só seriam exequíveis a partir da socialização da produção. Assim sendo, o conjunto de medidas ou providências sugeridas para encaminhamento são as seguintes:

- a) Criação da cultura brasileira, com a incorporação do patrimônio espiritual do Ocidente e a formação de uma compreensão viva da realidade nacional.
- b) Desenvolvimento de uma ação tendente a retirar o máximo rendimento da crise como fator estimulante da cultura. Criação de um movimento ideológico que extraia, da própria crise, os materiais e os incentivos para uma vigorosa afirmação cultural.

c) Reforma da educação, tornando-a compulsória e geral, orientada para a compreensão e o domínio de nossas circunstâncias e apta a exercer uma ampla seleção de valores.

d) Imediata criação de um amplo quadro de técnicos e de administradores, com aproveitamento de todos os valores locais e a incorporação de elementos estrangeiros. (Jaguaribe, 1953; p. 157; grifos meus)

Em relação à primeira medida, o autor afirma que “a socialização tem a vantagem de possibilitar a educação para a cultura e o exercício da cultura pura” (Jaguaribe, 1953; p. 157), o que, por diferentes razões, não ocorre num regime capitalista. O autor exemplifica afirmando que num regime capitalista, o financiamento da cultura se dá em condições mais restritivas tal como o limitado incentivo à formação de quadros de estudiosos e pesquisadores liberados de preocupações econômicas.

Ao comentar a criação de um movimento ideológico que extraia da própria crise seus principais elementos, inclusive uma afirmação cultural, Hélio Jaguaribe argumenta que “a gestão de uma economia socializada implica numa grande elaboração teórica, (...) se estabelece um círculo concreto entre a teoria e a prática, entre a ideologia e a realidade” (Jaguaribe, 1953; p. 158). Já a proposição de uma reforma da educação, é percebida como tendo uma dependência necessária da socialização. Hélio Jaguaribe afirma que:

O Estado pedagógico, o Estado que educa para a vida todos os cidadãos, segundo as exigências daquela e das aptidões destes, e que baseia todos os critérios de seleção pessoal no processo educativo, tem de repousar, necessariamente, sobre uma economia socializada. Em primeiro lugar, porque a absoluta adequação entre a educação e a vida pressupõe, além de outros elementos, o controle, por parte do educador (Estado) das oportunidades de exercício profissional da educação recebida. Em segundo lugar, porque a hierarquização da sociedade em função da capacidade dos cidadãos, tal como estes a revelam, principalmente no curso da educação, só é possível se houver unidade de critérios e de comando na fixação das funções sociais de cada cidadão. (Jaguaribe, 1953; p. 158; grifos meus)

Analisando, com especial e minuciosa atenção, a definição do conceito de “Estado pedagógico”, é preciso apontar que se trata fundamentalmente daquele Estado que educa para a vida todos os cidadãos; um educar não só vinculado às exigências colocadas pela própria vida, como para “todos os cidadãos”. Indicação de uma dimensão igualitária que, até então, por uma série de razões, não existia na

realidade brasileira. Além desses dois aspectos, esse é um Estado que adota como critério de seleção (seleção profissional, seleção técnica, seleção humana – política e social) o próprio processo educativo; dentre as possibilidades de entendimento desta questão, identifico que o processo educativo teria um papel determinante na adoção das necessárias competências econômicas, sociais e políticas do Estado. Mas, é de fundamental importância assinalar que esses três aspectos pressupõem uma economia socializada, ou seja, só se concretizam através dessa socialização.

Os motivos pelos quais, esses aspectos só se efetivam através de uma socialização da economia, referem-se fundamentalmente ao papel do Estado; numa socialização da economia, o Estado (educador) passaria tanto a assumir o controle das oportunidades de exercício profissional e, portanto, o controle da adequação entre a educação e as necessidades da vida, quanto centralizaria uma unidade de critérios no estabelecimento das funções sociais de cada cidadão, possibilitando assim uma hierarquização mais justa da sociedade em função das diferentes capacidades individuais.

Quanto à última medida apontada – a criação de um amplo quadro de técnicos e administradores – Hélio Jaguaribe parte da idéia de que, mais uma vez, o pressuposto da socialização da produção, daria ao Estado a possibilidade de controlar os empregos, possibilitando assim uma melhor organização e aproveitamento dos quadros de especialistas.

Finalmente, num último item denominado Problema Político, são sugeridos os seguintes encaminhamentos:

- a) Liquidação do Estado Cartorial e do parasitismo burocrático e instituição do Estado-serviço e da administração produtiva e eficaz.
- b) Instauração de uma política interna calcada num planejamento geral da ação do Estado em todos os planos da vida nacional.
- c) Instauração de uma política externa calcada na objetiva compreensão dos interesses do Brasil na órbita internacional.
- d) Urgente atendimento dos mais imperativos interesses do país, sujeitos à pressão direta ou indireta de outros Estados. (Jaguaribe, 1953; p. 159)

Nesse item, tal qual a viabilidade dos encaminhamentos voltados à crise social, o autor assume que esses encaminhamentos relacionados ao problema político, também tem estreita relação com a socialização dos meios de produção. O primeiro encaminhamento sugerido, “a transformação do Estado Cartorial para o

Estado-serviço” resulta de uma reflexão sobre a formação de uma classe média ociosa e desempregada, conseqüência do fato da economia brasileira ter permanecido primária, gerando assim numa economia de exploração; ou seja, trata-se de um Estado Cartorial que se constitui como:

solução de compromisso entre uma classe média economicamente frágil e politicamente forte e uma burguesia latifundiária e urbana, economicamente todo-poderosa e politicamente fraca. (...) Somente a socialização permite a liquidação do Estado cartorial e a implantação do Estado-serviço. Em primeiro lugar, porque a gestão socializada da economia exige que se converta a burocracia cartorial numa burocracia gerencial de sorte a substituir os controles ditos espontâneos e automáticos do mercado pelos controles planejados. Em segundo lugar, porque só a socialização da economia suprime as relações de dependência econômica, fazendo desaparecer o poder econômico privado. (Jaguaribe, 1953; p. 159-60; grifos meus)

Já o segundo encaminhamento, relacionado ao planejamento da política interna do Estado, é defendido no sentido de que, através da socialização e conseqüentemente do planejamento geral, os dirigentes do Estado passam a ter “um conhecimento total da situação e um controle total dos fatores existentes”, ou seja, “a socialização obriga o Estado a agir segundo planos (...) as coisas passam a depender da elaboração de planos apropriados e de sua apropriada execução” (Jaguaribe, 1953; p. 160).

Também em relação ao terceiro encaminhamento, relacionado à política externa, o papel da socialização se coloca como fundamental; ao oferecer a possibilidade de conhecimento e controle totais dos recursos existentes, a socialização viabiliza uma superioridade sobre os Estados capitalistas. Ao mesmo tempo, força o Estado brasileiro a calcar sua política internacional sobre a política nacional, ou seja, sobre os estudos e projetos em que esta se baseia; a política internacional do Estado deixa de ser formal e tuteladora de interesses privados para tornar-se uma relação de interesses concretos a serviço das necessidades internas. (Jaguaribe, 1953; p. 160).

O último encaminhamento proposto, uma ação internacional por parte do Estado brasileiro salvaguardadora de nossos interesses ameaçados, fecha o círculo em torno da imperiosa necessidade de substituição do Estado cartorial pelo Estado serviço, viabilizada pela implantação do processo de socialização.

A inauguração dos Seminários de Cursos do IBESP

O segundo número do *CNT* (jan-jun/1954) inicia-se com um texto denominado “A Crise do nosso tempo e do Brasil”, elaborado e proferido por Hélio Jaguaribe, então secretário geral do IBESP, por ocasião da cerimônia inaugural dos cursos de seminários, no dia 10 de maio de 1954, no Auditório do Ministério da Educação no Rio de Janeiro. Tendo em vista o objetivo da palestra em questão – palestra inaugural dos cursos de seminários do IBESP – me interessa identificar nesse documento alguns dos princípios que irão nortear as atividades educativas em questão.

A importância da inauguração dos seminários do IBESP se dá na medida em que inicia a ampliação de uma estratégia adotada por este grupo de intelectuais voltada para o alargamento do seu campo de influência. Este campo, até então restrito à revista *Cadernos de Nosso Tempo*, passa a centrar-se, preponderantemente em atividades educativas.

A divulgação do evento registra também que tal iniciativa dos seminários tornou-se possível graças a um convênio firmado entre a entidade e a Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior – CAPES. Hélio Jaguaribe menciona que os cursos de seminários que então se inauguram foram organizados pelo IBESP com o auxílio da CAPES, salientando a assistência fornecida ao Instituto pelo Senhor Ministro Antonio Balbino e pelo Professor Anísio Teixeira, secretário-geral da CAPES, também palestrante do evento. Hélio Jaguaribe expressa sua visão crítica ao afirmar que esses homens estão rompendo a letargia burocrática do Ministério da Educação, que deixa de ser um mero registrador de diplomas para se transformar num centro propulsor de cultura e animador da vida espiritual do país.

Sobre a estrutura dos cursos que, naquele momento, se iniciam, Hélio Jaguaribe registra terem sido organizados sob três rubricas principais; 1) questões fundamentais para a interpretação da nossa época; 2) o problema brasileiro e suas possibilidades de compreensão histórico-sistemática; e 3) uma visão dos problemas de desenvolvimento econômico-social.

No geral, os cursos se configuram numa introdução ao entendimento do nosso tempo e do nosso país, defendendo a necessidade de se rever as crenças estabelecidas à luz de novas idéias: “quando não se pode mais viver o mundo é indis-

pensável pensá-lo de novo, desde seus fundamentos. E para esse fim a tomada de consciência da crise é o primeiro passo” (CNT, 1954; p. 2). O autor aproveita para criticar a formação existente e enfatizar o princípio educativo adotado pelo IBESP; longe de se constituírem num mero teorismo acadêmico, os cursos do IBESP partem do pressuposto de que o processo humano se dá a partir de um processo cultural o qual corresponde à consciência histórica, efetivada no século XIX.

É preciso compreender o mundo para se operar nele eficazmente. As normas éticas são relativas e condicionadas e somente através da utilização das forças objetivamente existentes numa comunidade se pode provocar modificações nessa comunidade, alterando-se a relação de tais forças. Por outro, como proclamava Marx, não basta conhecer o mundo; é preciso transformá-lo. O mundo não está sujeito a uma ordem natural que se imponha como imutável ou se apresente como a melhor possível. O mundo resulta do uso que dele fazem os homens. (...) É propósito destes cursos, por isso, empreender ao mesmo tempo, um esforço de compreensão da problemática do nosso tempo e do nosso país e uma tentativa de determinação das condições requeridas para a superação da crise. E assim, como a crise do nosso tempo e a do nosso país, sob seus principais aspectos, venha a ser o objeto destes cursos, parece conveniente que, nesta palestra inaugural, se faça um esforço para compreendê-la sinteticamente, apreciando-se a crise do nosso tempo e a do nosso país numa visão integrada e correlacionada. É o que a seguir procurarei fazer. (Jaguaribe, 1954; p. 3; grifos meus)

Naquele contexto, assumir a concepção do historicismo e do materialismo histórico, não só como referência analítica dos fenômenos estudados, mas também como referência educativa e pedagógica, significava o surgimento de uma abordagem significativamente nova no âmbito do que desenvolvia na formação universitária.

Partindo dos pressupostos assumidos – compreender a crise do nosso tempo e a do nosso país numa visão integrada –, Hélio Jaguaribe se debruça inicialmente sobre o que ele registra com o título “O problema do nosso tempo”. Ao desenvolver uma sucinta análise histórica das principais referências políticas, sociais e econômicas dos homens, sua conclusão se remete às questões que o autor denomina “crenças adjetivas” – ideologias que na história dos homens se materializaram nas grandes referências do “cristianismo”, da “liberal-democracia” e do “marxismo”.

Verifica-se, assim, que as crenças adjetivas do nosso tempo [liberal-democracia e marxismo], que são as ideologias que o regulam, além de sofrerem os efeitos da crise mais profunda das crenças que alicerçaram a cultura ocidental, experimentaram, no seu próprio âmbito, um processo de desvalidação que esvaziou de sentido a vida em nossa época. Daí o desamparo em que nos encontramos e o caos que se instalou sem todos os valores e em todas as relações humanas. (Jaguaribe, 1954; p. 10)

No tópico seguinte, Hélio Jaguaribe se debruça sobre uma análise da crise brasileira sob o título “O Problema do Brasil”. Aponta para o fato de que termos sofrido:

os efeitos deteriorantes da crise da religião cristã, sem havermos podido elaborar esses substitutivos espirituais da desvalidação das crenças religiosas, que são, basicamente uma compreensão filosófica do mundo e um sentimento ético da vida. Herdamos a ideologia e as instituições burguesas, sem termos, até agora, logrado constituir uma burguesia e um capitalismo nacionais plenamente desenvolvidos. E herdamos o próprio marxismo e o movimento político que em seu nome é dirigido pelo governo soviético, antes de possuímos um proletariado suficientemente esclarecido e numeroso, e já depois de o marxismo sofrer das superações parciais antes referidas. Daí o desajustamento e o descompasso entre nossas instituições e nossa realidade e entre nossas posições ideológicas e nossos verdadeiros interesses. (Jaguaribe, 1954; p. 10; grifos meus)

O autor inicia apontando para a maneira sofrida através da qual enfrentamos os primórdios de nossa secularização e suas conseqüências, o que irá irremediavelmente deixar marcas profundas no nosso gradual processo de racionalização. Tanto o processo de secularização e conseqüentemente o de racionalização são pontos de constante destaque na reflexão isebiana, uma preocupação que também se expressa nas estratégias educativas. Nesse documento, a análise elaborada nos remete à maneira através da qual a sociedade brasileira foi, aos poucos, valorizando e assimilando as idéias e o pensamento racional em detrimento das verdades religiosas e das tradições.

O resultado desse processo, no entanto, é sempre a alienação de nossas idéias, em relação aos seus objetos, e de nossa atuação, em relação a seus propósitos. O que tudo se revela e se produz, em grau máximo, no pensamento e na ação das classes dominantes brasileiras.

Historicamente, a grande alienação de nossas classes dirigentes foi o colonialismo. (Hélio Jaguaribe, 1954; p. 11)

Das conseqüências desastrosas que o autor aponta, partindo do colonialismo no Brasil, duas se destacam: “o fato de não se ter formado uma verdadeira cultura brasileira, (...) mas simplesmente uma cultura das coisas do Brasil e a serviço da vida brasileira”. E, em se tratando da dimensão econômica, o fato de a exploração de nossos recursos ter se processado em termos extrativos, para exportar matérias-primas e importar produtos elaborados, e não criar um mercado interno e elevar, progressivamente, as condições de produção e o nível de vida. Daí que, “atualmente, a grande alienação da burguesia brasileira consiste no seu esforço por adotar e impor uma orientação política e econômica incompatível com nossas necessidades e superada pelo curso da história”.

No âmbito das orientações internas do país, o autor dá ênfase à tendência a contrariar as aspirações e os movimentos proletários. As perguntas que Hélio Jaguaribe faz à realidade brasileira são expressões de um determinado olhar isebiano: “Por que se esforça atualmente a burguesia brasileira em conduzir o país para uma posição de satélite dos Estados Unidos, especialmente na cruzada anti-soviética? Por que se opõe reacionariamente às aspirações e aos movimentos proletários, no âmbito interno do país? Por que exige a volta ao liberalismo econômico? (Hélio Jaguaribe, 1954; p. 12). Continua apontando a existência de uma:

burguesia brasileira, insuficientemente configurada, num país subdesenvolvido, onde as instituições liberal-democráticas já se acham desacreditadas sem jamais se terem plenamente realizado; onde o predomínio decorre menos daquilo que ela possui do que daquilo que ela faz, e portanto se estriba menos na propriedade privada dos meios de produção do que na sua aptidão a dirigir, técnico-financeiramente, o processo de produção. (...) Na verdade, o problema brasileiro consiste em elaborar e aplicar uma fórmula que, na base dos fatores existentes e das forças em jogo, logre assegurar o desenvolvimento econômico e cultural do país, promovendo, no mesmo passo, a elevação das condições de vida das massas e sua participação na direção do processo social. Nas atuais condições do mundo e do país, essa fórmula só pode ser posta em prática na base de uma frente comum de que participem a burguesia industrial, a classe média e o proletariado. (...) O de que se trata agora é de consolidar e desenvolver as forças produtivas do país; de completar a formação da nacionalidade,

mediante a incorporação das massas, que permanecem cultural, econômica e politicamente marginais, elevando-se suas condições materiais e espirituais de vida e assegurando-se-lhes a participação na autodeterminação da comunidade; de reorganizar o mecanismo do Estado, que permanece em estágio cartorial, ligado às suas origens latifundiárias, submetendo-se ao regime do planejamento científico, da execução eficiente e do controle honesto dos resultados. (Jaguaribe, 1954; p. 12; grifos meus)

Mais uma marca isebiana, a solução dos problemas brasileiros passaria obrigatoriamente por uma dimensão de valorização das idéias, pela consolidação de um processo de racionalização, expressos na fala acima pela necessidade de reorganização do Estado via planejamento científico que garantiria não só uma execução eficiente como também o controle dos resultados.

O desafio conclusivo colocado para os alunos que irão iniciar o curso de seminários é o de trabalhar intelectualmente a partir do pressuposto de que a crise só será superada tendo-se consciência da crise que afeta a própria época e a própria cultura da sociedade brasileira. Ou seja, é certo que não se pode superar a crise de uma comunidade determinada, como a brasileira, sem superar a crise da época e da cultura de que essa comunidade faz parte.

3.4 Delineamento de um ideário – referências teóricas e princípios norteadores

Diante da grande quantidade e diversidade de informações relacionadas com os primeiros momentos de encaminhamento das duas experiências que antecedem a institucionalização do ISEB – o “Grupo de Itatiaia” e o “IBESP” - que o presente capítulo apresenta, o objetivo deste subitem será sistematizar as inúmeras colocações tendo em vista a identificação do delineamento inicial do que posteriormente irá se constituir o ideário do ISEB, e alguns de seus princípios norteadores.

Na primeira parte do capítulo são trabalhadas as primeiras reuniões desses intelectuais centrados no Grupo de Itatiaia - contexto através do qual o grupo começa a conceber e delinear o conjunto de sua identidade (objetivos, estratégias de atuação, práticas internas, etc.) – quatro princípios gerais e complementares aca-

bam se destacando: 1) a decisão de se dedicarem à interpretação e compreensão dos problemas nacionais; 2) o desenvolvimento de atividades que, estruturadas em torno de um centro de estudos, deveriam conceber novas abordagens metodológicas centradas nos aportes das filosofias existencialistas e culturalistas, para se pensar os problemas do país; 3) a definição de um novo papel social para o intelectual brasileiro que passa a ser entendido como um agente de mudança; e 4) a ênfase numa reflexão sobre o novo papel da ideologia na realidade brasileira, de alguma maneira relacionada com a valorização das idéias em detrimento das crenças e em sua função integradora.

A preocupação com os problemas nacionais tem relação direta com a concepção de novas abordagens metodológicas apoiadas no existencialismo – o instrumental teórico adequado para que se possa fazer emergir determinado entendimento da realidade analisada. Em tratando dos problemas nacionais, a abordagem mais explorada resulta na necessidade de um projeto de desenvolvimento para o Brasil. As reuniões de Itatiaia significavam as primeiras tentativas de se estabelecer não só novas possibilidades de entendimento das problemáticas presentes na realidade brasileira como também possíveis estratégias de atuação; tratava-se de se conceber novas maneiras de pensar e entender a problemática brasileira, ou seja, “pensar e entender para agir”.

Essa abordagem metodológica se complementava com a percepção articulada do geral com o específico, onde a especificidade brasileira tinha total primazia na medida em que procurava-se compreender o mundo na perspectiva do Brasil, e não inverso. O trabalho intelectual apoiava-se na valorização das idéias, do pensamento e da reflexão; o diferencial no ideário que começava a surgir se expressava no fato de que a valorização das idéias deveria estar efetivamente voltada para a ação, para uma intervenção concreta nas circunstâncias presentes na realidade. Esse propósito de compreensão concreta da realidade brasileira fundamentava-se numa ação autêntica, na justa interpretação das possibilidades e necessidades do homem brasileiro. Em 1952, o Grupo de Itatiaia deixava a marca do ineditismo de um programa de trabalho intelectual e político (novos aportes metodológicos / intervenção na realidade) voltado tanto à compreensão dos fenômenos políticos contemporâneos quanto os da realidade brasileira.

A questão do novo papel do intelectual se articulava com a valorização das idéias e conseqüentemente com a defesa de uma concepção ideológica diretiva

voltada às especificidades dos problemas brasileiros. Nesse sentido, o Grupo de Itatiaia, composto por alguns assessores do então Governo Vargas, decide conjugar esforços para organizar um instituto que se especializaria no estudo, na pesquisa e no planejamento de tudo o que se relacionasse com a realidade brasileira. Ou seja, eles se consideravam responsáveis pela formulação de alternativas políticas para a sociedade brasileira, e portanto deviam diagnosticar os problemas, buscar soluções, formar os quadros dirigentes do país, e até criar novos modelos e valores sociais. Mas para tanto, defendiam a necessidade de se conceber uma ideologia de cunho nacionalista, cuja função principal seria a de conduzir o futuro político do país. Para o Grupo de Itatiaia esse novo papel dos intelectuais na sociedade brasileira se articulava com a concepção de uma ideologia estratégica que possibilitaria o encaminhamento do desenvolvimento pretendido para o país; tratava-se de uma visão muito particular e ambiciosa do papel da ideologia e dos intelectuais na condução do processo de desenvolvimento nacional.

Mas para o efetivo entendimento do papel e da função dessa ideologia voltada às necessidades brasileiras, faz-se necessário a identificação de seus aspectos determinantes; além de se caracterizar pela defesa do ideário nacionalista e de um posicionamento autônomo diante da polarização Estados Unidos e União Soviética, a ideologia necessária à realidade brasileira se apoiava fundamentalmente no pensamento existencialista. Apesar de resultar de uma determinada apropriação desse grupo de intelectuais, essa fundamentação existencialista se caracterizava pela ênfase na subjetividade; pela defesa da finitude e da contingência; pela busca de uma autenticidade; a defesa de uma necessária liberdade, “o ser alheio, a situação, a decisão, a eleição, o compromisso, a antecipação de si próprio, a solidão existencial, o estar no mundo, o estar destinado a morte, o se fazer a si próprio” (Mora, 1987). Creio ter sido através do Grupo de Itatiaia que começou a despontar a presença do existencialismo no pensamento intelectual brasileiro; e na apropriação feita pelo grupo, o Brasil era esse sujeito sobre o qual o existencialismo se debruçava. O Brasil (e seu povo) deveria valorizar sua própria subjetividade; o Brasil deveria compreender suas contingências; deveria buscar sua própria autenticidade; enfim o Brasil tinha de se fazer a si próprio. Daí a ênfase em estudos e pesquisas sobre temas nacionais, daí o rompimento com visões externas sobre o Brasil; daí a crítica às antigas formas de se compreender a realidade brasileira; daí a valorização da verdadeira cultura brasileira; daí a contraposição entre o

antigo e rural e o novo e urbano – um novo Brasil em desenvolvimento, necessitando ser identificado e efetivamente compreendido em suas especificidades.

Na segunda parte do capítulo, as análises se concentram no texto, “A Crise Brasileira”, que apesar de se constituir uma obra de um único autor – Hélio Jaguaribe – acaba expressando uma visão de mundo compartilhada pelo grupo, neste momento já organizado em torno do IBESP. Através desse texto foi possível constatar o encaminhamento que as matrizes de pensamento do grupo foram assumindo, via um aprofundamento, via um uso mais abrangente, e um esforço de sistematização. E ao tentar mapear o que mudava ou o que continuava (mesmo assumindo outras abordagens) o ponto de destaque que optei por registrar foi o investimento intelectual colocado no conceito de ideologia, tendo em vista sua função na “formulação de uma pauta de valores e de sua articulação num projeto social dotado de eficácia histórica” (Jaguaribe, 1953).

O texto em questão afirma que a política que se faz necessária para a superação da “crise brasileira” só será realizável e eficaz se contida no bojo de um movimento ideológico; essa solução de cunho ideológico além de condição integrativa do conjunto das soluções é também uma exigência específica de certos problemas concretos. Para Hélio Jaguaribe, ideologia se define como sendo a crença adjetiva de uma época e portanto não se trata de defender uma ideologia qualquer para o Brasil, mas sim a defesa de uma ideologia socialmente eficaz que conjugasse a sociedade brasileira em torno de alguns ideais.

Surpreende no entanto, o aspecto que o autor destaca como sendo a essência da crise ideológica que se vivia mundialmente naquele momento: o fato da ideologia socialista ter perdido sua validade antes de ter produzido bons efeitos; mas a surpresa expressa nessa colocação, que se manifesta em outros trechos do texto, refere-se à defesa do pensamento socialista num contexto de significativa polarização ideológica mundial, onde o Brasil já evidenciava claro alinhamento com os Estados Unidos. Vale assinalar o tipo de colocação feita sobre as características positivas do socialismo não aparecem em outras publicações e/ou produções intelectuais, se constituindo uma singularidade própria e única desse texto de Jaguaribe.

E em se tratando da especificidade da ideologia brasileira, esta deveria dar conta de dois aspectos principais: resultar de exigências específicas dos nossos problemas e ter eficiência na concepção de um sistema integrado com a função de articular diferentes soluções. Jaguaribe, inspirado numa ideologia socialista, acredita numa “ideologia de integração” que se apóia no pressuposto da desprivatização dos meios de produção. Apoiada nessa ideologia e orientada por uma programática, a sociedade brasileira estaria apta a suscitar confiança no futuro e anseio pela realização dos objetivos prefixados. E finalizando esse conjunto de aportes de Jaguaribe sobre uma ideologia brasileira, destaca-se o conceito de “Estado pedagógico” que educa para a vida todos os cidadãos, segundo exigências daquela e das aptidões destes, baseando todos os critérios de seleção pessoal no processo educativo; algo que para dar conta de suas funções também teria de se apoiar numa economia socializada. Um sistema que articula Estado pedagógico com uma ideologia de integração – um claro encaminhamento a uma educação ideológica.